



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 138/139

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 138**130ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO****Mesa Executiva 03****Presenças 03****Abertura da Sessão 03****Expediente:**

Mensagens 03

Ofícios..... 05

Requerimentos 06

Projetos de Lei 14

Palavras do Presidente 22**Grande Expediente:**

Homenagem aos 30 anos da

Embrapa/Soja

Abertura da Solenidade..... 22

Proponente:

Dep. José Maria Ferreira 23

Realização da Homenagem..... 24

Oradora:

Vânia B. Castiglioni - Chefe da

Unidade Embrapa/Soja24

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto26

Horário das Lideranças:

Liderança do PSB:

Dep. José Domingos Scarpellini 27

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto.....28

Liderança do PT:

Dep. Tadeu Veneri29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente30

Discussão / Votação:

Discussão Única (Proposições)..30

1ª Discussão34

2ª Discussão35

3ª Discussão36

Requerimentos36

Encerramento da Sessão Ordinária37**DIÁRIO Nº 139****009ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão****Expediente:**

Requerimentos

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Votação em Bloco:

Discussão Única (Proposições)..

Destaque para Discussão:

Discussão Única (Proposições)..

Discussão / Votação:

Discussão Única (Proposições)..

1ª Discussão.....

2ª Discussão.....

Encerramento da Sessão

DIÁRIO Nº 138**130ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE DEZEMBRO DE 2005**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dúlio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ângelo Vanhoni, Chico Noroeste, Luiz Accorsi, Mauro Moraes e Natálio Stica (05); e em viagem representativa o Sr. Deputado Reni Pereira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagens**

MENSAGEM Nº 066/2005

Curitiba, 30 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a permuta do imóvel composto pelos lotes 02, 06 e 07, da quadra 206, na localidade denominada Patrimônio Realeza, no município de Realeza, com área total de 1.685,25 m, sem benfeitorias, matriculado no Registro de Imóveis daquela Comarca sob nº 14.564, pelo imóvel municipal composto pelos lotes 08 e 09, da quadra 77, com área total de 1.212,00 m, contendo uma casa em alvenaria, com 130,00 m, e outra em madeira com 156,00 m, conforme matrícula sob nº 9.938, do referido Registro de Imóveis.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da administração e da sociedade, tendo em vista que o imóvel que o Estado receber por meio da objetivada permuta, sedia atualmente o já instalado Pelotão da Polícia Militar e aquele que voltará integrar o patrimônio do município e que teria a mesma finalidade, encontra-se desocupado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a permuta do imóvel sob matrícula nº 14.564, do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza, composto pelos lotes 02, 06 e 07, da quadra 206, na localidade denominada Patrimônio Realeza, no município do mesmo nome, com área total de 1.685,25 m, sem benfeitorias, pelo imóvel municipal composto pelos lotes 08 e 09, da quadra 077, com área total de 1.212,00 m, contendo uma casa em alvenaria, com 130,00 m, e outra de madeira com 156,00 m, sob matrícula nº 9.938, do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza, no qual se acha instalado o Pelotão da Polícia Militar do Paraná.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Realeza exclusivamente para a implantação de Posto de Bombeiro Comunitário, não podendo ter finalidade diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e benfeitoria ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 067/2005

Curitiba, 30 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão, ao município de Santo Antonio do Paraíso, do imóvel constituído pelos lotes urbanos nºs 69 e 70, da quadra nº 06, com área total de 1.050,00 m, localizados na rua Jayme Cannet, conforme matrícula sob nº 3.884, livro 2-P, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Congonhas.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da administração e da sociedade, tendo em vista que o imóvel fora doado pela municipalidade ao Estado do Paraná com a destinação exclusiva de servir de sede do destacamento Policial Militar ali existente, o que não foi levada a termo.

A titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, no expediente a mim encaminhado, esclareceu que o município efetuou doação de nova área, para o mesmo fim e cuja edificação já se encontra concluída.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a reversão ao município de Santo Antonio do Paraíso, do imóvel constituído pelos lotes urbanos nºs 69 e 70, da quadra nº 06, com área total de 1.050,00 m, localizados na rua Jayme Cannet, conforme Matrícula sob nº 3.884, Livro 2-P, do Registro de Imóveis da Comarca de Congonhas.

Art. 2º A área em questão deverá destinar-se, exclusivamente, às atividades da administração pública municipal, retornando ao patrimônio do Estado, caso for comprovado uso diverso.

Art. 3º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 068/2005

Curitiba, 01 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o anexo anteprojeto de lei que visa incentivar a regularização de créditos tributários relativos ao ICMS que específica, inscritos ou não em dívida, os quais poderão ser pagos em parcela única, com dispensa de multa e de juros ou em até 48 parcelas mensais sucessivas, com dispensa de multa, nos percentuais indicados e dos juros, proporcionalmente ao número de parcelas, inclusive aqueles em que haja somente a cobrança de penalidade pecuniária, sem exigência de imposto, que poderão ser pagos com redução do valor atualizado desta e dos juros.

Objetivando incentivar que valores de ICMS não declarados e não recolhidos sejam também regularizados, o anteprojeto estende o benefício aos contribuintes que efetuarem denúncia espontânea de infração relativa a fatos geradores relativos ao ICMS ocorridos até 30 de novembro de 2005, podendo, no caso, quitar esses débitos em parcela única ou efetuar o parcelamento dos mesmos, nas mesmas condições já enumeradas.

O artigo 7º do anteprojeto de lei minimiza a aplicação do benefício no caso de créditos tributários originários de autos de infração em que sejam aplicadas penalidades que se referem a atos praticados com dolo, fraude ou simulação.

Por fim, objetivando a redução do montante de crédito acumulado de ICMS em conta-gráfica, a proposição prevê que o contribuinte que possuir crédito acumulado do imposto habilitado junto ao Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados - Siscred, poderá utilizá-lo para liquidação integral de débitos de ICMS próprios ou de terceiros.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Os créditos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Inter-municipal e de Comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, lançados até 30 de novembro de 2005, poderão ser pagos à vista ou em até quarenta e oito parcelas mensais sucessivas, nos termos previstos nesta lei.

§ 1º O pagamento integral do imposto, devidamente atualizado, deverá ser efetuado até o dia 31 de

janeiro de 2006, em dispensa de multa e dos juros, ressalvado o disposto no artigo 8º.

§ 2º O crédito tributário, objeto do parcelamento, sujeitar-se-á, até a data do pedido de parcelamento, aos acréscimos previstos na legislação, com dispensa de noventa por cento da multa.

§ 3º Os juros vencidos serão reduzidos da seguinte forma:

I - até seis parcelas, em noventa por cento;

II - entre sete e dezesseis parcelas, oitenta por cento;

III - entre dezessete e vinte e seis parcelas, sessenta por cento;

IV - entre vinte e sete e trinta e seis parcelas, quarenta por cento;

V - entre trinta e sete e quarenta e oito parcelas, trinta por cento.

§ 4º Os justos vencidos, a partir da segunda parcela, inclusive, serão equivalentes à taxa de juros de longo prazo.

§ 5º O valor das parcelas não poderá ser inferior a cem reais.

§ 6º O vencimento da primeira parcela ocorrerá em 31 de janeiro de 2006, e o das demais até o último dia útil dos meses subsequentes.

§ 7º Para quitação integral dos créditos tributários, inscritos em dívida ativa e ajuizados até 30 de novembro de 2005, far-se-á necessário pagar as custas processuais e honorários advocatícios, estes limitados a dois por cento do valor consolidado.

§ 8º O montante dos honorários advocatícios será fracionado no mesmo número de parcelas do crédito tributário respectivo.

Art. 2º O sujeito passivo poderá pagar ou requerer parcelamento da parte do crédito tributário que reconhecer devida, mantendo-se a discussão sobre o restante do crédito.

Art. 3º O pedido de parcelamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais.

Art. 4º O não pagamento da primeira parcela, ou de três parcelas, sucessivas ou não, ou de valor correspondente a três parcelas, nos prazos fixados, importará na imediata revogação do parcelamento e na exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 5º O parcelamento em curso poderá ser rescindido, a requerimento do sujeito passivo, para que ocorra um novo, nos termos da presente lei.

Parágrafo único. A rescisão de que trata este artigo implica perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.

Art. 6º O sujeito passivo que, até 31 de janeiro de 2006, denunciar espontaneamente a infração relativa ao ICMS, anterior a 30 de novembro de 2005, terá excluída a multa e juros que incidirem sobre a dívida, desde que realize o seu pagamento integral.

Art. 7º Os créditos de ICMS decorrentes exclusivamente de penalidade pecuária, lançados até 30 de novembro de 2005, poderão ser liquidados com redução de:

I - noventa por cento, para pagamento integral do débito remanescente atualizado;

II - oitenta por cento, para parcelamento do crédito tributário;

Art. 8º Nos casos de créditos originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades dos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, *a* do inciso XIII, *g* do inciso XV, *b* e *c* do inciso XVII, todos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e das penalidades correlatas das leis anteriores, a multa proposta será reduzida em:

I - oitenta por cento, para pagamento integral do débito remanescente atualizado;

II - setenta por cento, para parcelamento do crédito tributário.

Art. 9º Nas hipóteses previstas nos artigos 7º e 8º o sujeito passivo poderá optar por parcelar o crédito tributário relativo à infração cometida, observadas as disposições desta lei.

Art. 10. O sujeito passivo que possuir crédito acumulado de ICMS, habilitado administrativamente, poderá utilizá-lo para liquidação integral de débitos de ICMS, próprios ou de terceiros, lançados até 30 de novembro de 2005, com dispensa da multa e dos juros, mantida a correção monetária do imposto, observados os demais termos desta lei.

Art. 11. O disposto nesta lei não enseja a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 12. O Poder Executivo poderá prorrogar os prazos referidos nesta lei.

Art. 13. A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CTL/CC nº 220/2005, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos

fins, o Projeto de Lei nº 472/2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

OF. Nº 1872/2005 - GAB/CMDO

Curitiba, 05 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tendo em vista que este Comandante receberá o título de Cidadão Honorário de Curitiba em data de 07 de dezembro de 2005, na mesma data em que fui convocado para comparecer em Sessão Plenária dessa Casa de Leis, por solicitação do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini e, tendo em vista ainda que estarei recepcionando parentes e convidados no período da tarde, solicito-lhe a transferência da minha presença para outra data.

Restrito ao exposto e, no aguardo do deferimento por parte de V. Exa. apresento cordiais saudações.

Respeitosamente,

(a) MÁRIO YOSHIO WAKO, Cel. QOBM
Comandante do Corpo de Bombeiros

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3882

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3929

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3896

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 15, 17 e 18 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 3933

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 08, 09, 10 e 11 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 3890

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o pedido de que o Projeto de Lei nº 191/2005, de autoria deste Parlamentar, seja colocado em regime de urgência.

O referido projeto *altera o artigo 1º, da Lei 13.134/2001, aumentando a cota de reserva para os índios de 03 (três) para 06 (seis), no ingresso nas universidades públicas estaduais de ensino superior, do Estado do Paraná.*

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3891

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o pedido de que o Projeto de Lei nº 581/2003, de autoria deste Parlamentar, seja colocado em regime de urgência.

O referido projeto *dispõe sobre a Divulgação por Meio Telemático das Receitas Tributárias e Execução Orçamentária dos Órgãos Públicos Estaduais.*

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3904

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, destaque para a votação do item 16 da pauta da Ordem do Dia da Sessão de hoje, que versa Discussão Única da Proposição 086/2005, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 328/2005, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3893

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Leis nºs 704/2005 e 733/2005, que concedem isenção de ICMS incidente sobre a parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3892

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa, que seja reservado espaço durante o Grande Expediente do dia 07 de dezembro de 2005, para apresentação de delegação italiana, vinda da Sicília/Itália, para encontro de cooperação entre os dois estados, por iniciativa deste Deputado.

Na oportunidade será feito breve relato sobre os assuntos discutidos durante o encontro, marcado para as 9h30min deste mesmo dia.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 3875

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do comerciante Darci Almeida, ocorrido na data de hoje no município de Ponta Grossa.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Francisco Ribas, 2.003 - Vila Liane - CEP: 84015-000 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3879

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na Ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. General Ayrton Pereira Tourinho, ocorrido no dia 02 do corrente, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na madrugada do dia 02 do corrente, faleceu nesta capital, com 90 anos de idade, o Sr. General Ayrton Pereira Tourinho, membro tradicional família paranaense. Era viúvo de Dona Gleuza Medeiros, deixou 3 filhos, 9 netos e 15 bisnetos.

O General Ayrton Pereira Tourinho foi o primeiro militar paranaense a chegar ao cargo de General do Exército Brasileiro e a atingir o patamar das quatro estrelas. Filho de uma tradicional família paranaense de militares e professores.

Seu desaparecimento veio entristecer profundamente seus familiares, parentes, colegas de serviços e amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais o esquecerão e sua maneira de ser, seus gestos, seu companheirismo e carinhos dispensados a todos sempre serão lembrados.

Rogamos ao Pai Celeste que conceda aos nossos amigos, familiares de Ayrton Pereira Tourinho, o conforto necessário neste momento de tristeza.

O Poder Legislativo do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pereira Tourinho, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3895

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Altevir Myszkowski, conceituado empresário de Apucarana, bom pai de família e cristão exemplar, muito bemquisto e bem relacionado na comunidade.

Esta Casa reverencia a memória do extraordinário homem público, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências e que seja oficiada a família em Apucarana.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3878

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje voto de congratulações e aplausos ao Hospital Erasto Gaertner de Curitiba pela passagem de seus 33 anos de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. Dr. Luiz Antônio Negrão Dias - Diretor-Superintendente do Hospital Erasto Gaertner de Curitiba, para que receba e transmita a todos os seus companheiros de Diretoria, bem como a todos os colaboradores, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação, neste momento feliz, em que se concretiza um sonho acalentado por todos os corações bem formados, quando comemoramos com a alegria a passagem dos 33 anos de fundação do Hospital Erasto Gaertner de Curitiba.

Administrar um grande hospital, onde o povo encontra socorro e alívio às suas dores, se me afigura uma realização de total monta que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar aqueles que,

com tanto desvelo, conseguiram levar a cabo tão meritório empreendimento durante 33 anos de sua existência.

Seus nomes ficarão gravados no coração do povo paranaense com estilete da gratidão imorredoura.

Abençoados sejam todos aqueles que para mitigar a dor alheia, souberam sacrificar algo do seu. Deus lhes dá de levar à conta tão nobre ação.

A todos os senhores médicos daquela organização hospitalar, sobretudo, queremos levar o nosso aplauso, pois, sem seu dedicado concurso nada teria sido possível fazer. A eles todos competirá sempre distribuir as benesses que somente a divina arte de Hipócrates proporciona, qual a minorar as dores do corpo, sem desprezar as almas.

Uma casa desta natureza, destinada a ministrar a caridade.

Mais um vez, aos heróicos administradores dessa grandiosa empresa, os sinceros agradecimentos do povo desta terra.

REQUERIMENTO Nº 3880

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para que fique registrado na Ata da Sessão Plenária de hoje, para posteridade, voto de congratulações e aplausos a S. Exa. Dom Anuar Batistti, arcebispo Metropolitano de Maringá, pela passagem de seu jubileu de ordenação sacerdotal.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Saudar um sacerdote, um ministro de Deus, é qualquer coisa tão sublime que só aos anjos deveria ser dada esta incumbência.

Curvo-me, todavia, ante a injunção que me foi imposta e aqui estou para saudar S. Exa. Revma. Dom Anuar Batistti pela passagem de seu jubileu de ordenação sacerdotal.

É grande a satisfação que sinto ao constatar que um prelado da estirpe de S. Exa. Revma., Dom Anuar Batistti completa jubileu de ordenação sacerdotal.

Seja, pois bem, amável pastor, por estar completando o jubileu de ordenação sacerdotal, ilustre Príncipe da Santa Madre Igreja, na certeza de que continuará a demonstrar seu apreço e afetuoso amor filial.

REQUERIMENTO Nº 3881

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Hospital Santa Cruz de Curitiba, pela passagem de seus 40 anos de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. Hamilton Leal, Presidente do Hospital Santa Cruz, para que receba a transmita a todos os seus companheiros de Diretoria, bem como a todos os colaboradores, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação, neste momento feliz, em que se concretiza um sonho acalentado por todos os corações bem formados, quando comemoramos com grande alegria a passagem dos 40 anos de fundação do Hospital Santa Cruz de Curitiba.

Administrar um grande hospital, onde o povo encontra socorro e alívio às suas dores, se me afigura uma realização de total monta que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar aqueles como a família Leal, que, com tanto desvelo conseguiram levar a cabo tão meritório empreendimento durante 40 anos de sua existência.

Seus nomes ficarão gravados no coração do povo paranaense com estilete da gratidão imorredoura.

Abençoados sejam todos aqueles que para mitigar a dor alheia, souberam sacrificar algo do seu. Deus lhes há de levar à conta tão nobre ação.

A todos os senhores médicos, daquela organização Hospitalar, sobretudo, queremos levar o nosso aplauso, pois, sem seu dedicado concurso nada teria sido possível fazer. A eles todos competirá sempre distribuir as benesses que somente a divina arte de Hipócrates proporciona, qual a minorar as dores do corpo, sem desprezar as almas.

Uma casa desta natureza, destinada a ministrar a caridade.

Mais uma vez, aos heróicos administradores dessa grandiosa empresa, os sinceros agradecimentos do povo desta terra.

Superação e esperança.

O Hospital Santa Cruz atinge a sua maturidade. São 40 anos de uma história que tem na superação e na esperança suas maiores forças. Superação, porque vivemos num país onde as limitações e exigências para o exercício da medicina impõem a necessidade de concentrarmos nossa energia não apenas na ciência, mas numa série de outras atitudes e medidas imprescindíveis para atendimento à saúde. Esperança, porque todos os entraves não são suficientes para destruir a perseverança inerente àqueles que lutam pelo bem maior que é a vida.

E foi assim, tendo a defesa constante da vida como nossa principal missão, que o Hospital Santa Cruz, ao longo desses anos, investiu em ciência, tecnologia, pesquisa, equipamentos e, principalmente, em pessoas. Gente que atende gente. Porque só um ser humano pode atender a dor do outro... e a alegria se compartilha com aqueles que compreendem a linguagem do afeto!

Agora o Hospital Santa Cruz abre mais uma porta, além do pronto atendimento. Com os novos serviços - Check-Up e Personagem - queremos nos antecipar às doenças, ter ainda mais na excelência e humanização do atendimento.

Mais uma vez nos apoiamos na superação que nos trouxe até aqui, e numa obstinada esperança de poder aliviar a dor do próximo e devolver o brilho aos olhos daquele que a nós confia suas vidas. Esta tem sido, e sempre será, nossa incansável missão. Cuidar de gente como a gente, disse o Dr. Hamilton Leal.

Tratamento Cinco Estrelas.

Não fosse pelo nome, ninguém diria que é um hospital. Cravado no coração do Batel, no prédio, de arquitetura moderna, surgem conforto e segurança. A recepção também pode trair a percepção do visitante. As instalações sofisticadas lembram um hotel. O hall tem até uma loja de souvenir. A semelhança não é mera coincidência.

A intenção do Hospital Santa Cruz é substituir o aspecto triste e impessoal que predomina em muitos hospitais por um ambiente agradável.

Um local bonito melhora o bem-estar do paciente e, conseqüentemente, ajuda a recuperação, reforça o diretor-clínico do HSC, Willians Zanatta.

A tendência de levar os conceitos de hotelaria para dentro dos hospitais - comum na Europa e nos Estados Unidos - começa a ser implantada no Brasil em instituições que procuram se manter na vanguarda. É o caso do Santa Cruz. A proposta é de que ao utilizar um serviço do hospital o paciente é convertido em cliente e recebe o melhor atendimento possível. Os apartamentos possuem frigobar, tevê a cabo e calefação. As suítes têm sala de estar privativa e terraço. Pequenos detalhes, como o bom gosto da decoração, reproduzem a atmosfera hoteleira. Para aumentar a comodidade, o hospital tem cartório e um restaurante com cardápio diversificado. É nos serviços que o HCS quer mais se diferenciar.

REQUERIMENTO Nº 3886

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulações à Chefe Geral do Embrapa Soja, Vânia Castiglioni, pelo aniversário de 30 anos de criação do Embrapa Soja, sediada em Londrina.

Esta homenagem é o reconhecimento do papel fundamental desempenhado pelas diferentes linhas de pesquisa desenvolvida pela Embrapa Soja.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia à Chefe Geral do Embrapa Soja, Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni - Rodovia Carlos João Strauss, caixa postal 231 - CEP 86.001-970 Londrina/Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 3887

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulações ao Reitor de Unifil - Centro Universitário Filadélfia de Londrina, Eleazar Ferreira, equipe técnica e atletas do time de Handebol Masculino, pela conquista do título da Liga Nacional de Handebol Masculino.

O time entra para a história do handebol com uma vitória que não é só de Londrina, mas também do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Reitor da Unifil - Centro Universitário Filadélfia de Londrina, Eleazar Ferreira - Av. Juscelino Kubitschek, CEP 86.020-430 Londrina/Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 3888

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulações ao Presidente da Associação Médica de Londrina, Antônio Caetano de Paula e demais membros da Diretoria, eleita para o triênio 2005/2008.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia à Associação Médica de Londrina, rua Maestro Egídio Camargo Amaral, 130 CEP 86.010-090 Londrina/Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 3897

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Terra Boa, pelos seus cinquenta anos de criação como Município.

O Município foi criado pela Lei Estadual nº 2411, de 13 de julho de 1955 e instalado em 11 de dezembro de 1955, tendo sido desmembrado de Engenheiro Beltrão.

Cumprimentamos, através da Prefeita Vera Lúcia da Silva Zanatta, todos os seus moradores que trabalham pelo crescimento do Município.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3898

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Jussara, pelos seus cinquenta anos de criação como Município.

O Município foi criado pela Lei Estadual nº 2411, de 13 de julho de 1955 e instalado em 08 de dezembro de 1955, tendo sido desmembrado de Engenheiro Beltrão.

Cumprimentamos, através do Prefeito Ailton Vieira de Mattos, todos os seus moradores que trabalham pelo crescimento do Município.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3899

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Santa Fé, pelos seus cinquenta anos de criação como Município.

O Município foi criado pela Lei Estadual nº 2486, de 06 de novembro de 1955 e instalado em 08 de dezembro de 1956, tendo sido desmembrado de Astorga.

Cumprimentamos, através do Prefeito Pedro Brambilla, todos os seus moradores que trabalham pelo crescimento do Município.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3900

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Jardim Olinda, pelos seus 41 anos de criação como Município.

O Município foi criado pela Lei Estadual nº 4844, de 06 de março de 1964 e instalado em 11 de dezembro de 1964, tendo sido desmembrado de Paranacity e Inajá.

Cumprimentamos, através do Prefeito Fernando Jorge Siroti, todos os seus moradores que trabalham pelo crescimento do Município.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3901

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Paranapoema, pelos seus 41 anos de criação como Município.

O Município foi criado pela Lei Estadual nº 4844, de 06 de março de 1964 e instalado em 11 de dezembro de 1964, tendo sido desmembrado de Paranacity e Inajá.

Cumprimentamos, através da Prefeita Neusa dos Santos Carvalho, todos os seus moradores que trabalham pelo crescimento do Município.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3907

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o consentimento do douto Plenário, sejam formuladas efusivas congratulações à Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon - Acimacar, nas pessoas do seu Presidente, Sr. Eliseu Rheinheimer, e de Jorge Alberto Dickel, como coordenador, pela exemplar organização do Prêmio Marechal Cândido Rondon 2005.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma aos congratulados, via correspondência, a ser encaminhada à Rua Sergipe, 625 - 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3908

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o consentimento do douto Plenário, sejam formuladas efusivas congratulações ao Clube dos Diretores Lojistas de Marechal Cândido Rondon, na pessoa do seu Presidente, Sr. Odorico de Souza, pela exemplar organização do Prêmio Marechal Cândido Rondon 2005.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma à entidade congratulada, via correspondência, a ser encaminhada ao seu Presidente, à Rua Rio de Janeiro, 745 - 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3909

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o consentimento do douto Plenário, sejam formuladas efusivas congratulações à JCI - Marechal Cândido Rondon, na pessoa do seu Presidente, Sr. Cláudio Roberto Kohler, pela exemplar organização do Prêmio Marechal Cândido Rondon 2005.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma à entidade congratulada, via correspondência, a ser encaminhada ao seu Presidente, à Caixa Postal 165 - 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3910

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o consentimento do douto Plenário, sejam formuladas efusivas con-

gratulações ao Rotary Club de Marechal Cândido Rondon, na pessoa do seu Presidente, Sr. Flávio Schmidt, pela exemplar organização do Prêmio Marechal Cândido Rondon 2005.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma a entidade congratulada, via correspondência, a ser encaminhada ao seu Presidente, à Rua D. João VI, 619 - 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3911

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o consentimento do douto Plenário, sejam formuladas efusivas congratulações ao Rotary Club - Beira Lago de Marechal Cândido Rondon, na pessoa do seu Presidente, Sr. Nilton Soder, pela exemplar organização do Prêmio Marechal Cândido Rondon 2005.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma a entidade congratulada, via correspondência, a ser encaminhada ao seu Presidente, à Rua São Paulo, 1063 - 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3912

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o consentimento do douto Plenário, sejam formuladas efusivas congratulações ao Lions Club de Marechal Cândido Rondon, na pessoa do seu Presidente, Sr. Leocir Lang, pela exemplar organização do Prêmio Marechal Cândido Rondon 2005.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma a entidade congratulada, via correspondência, a ser encaminhada ao seu Presidente, à Rua Espírito Santo, 777 - 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação à Cooperativa Agropecuária de Produção Integrada do Paraná Ltda., pelos dez anos de sua fundação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, em nome do seu Diretor-Presidente Sr. Carlos Yoshio Murate, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3930

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formosa do Oeste, pela comemoração do 15º aniversário de fundação.

A APAE de Formosa do Oeste, sob o competente e dinâmico comando de seu Diretor Agostinho Álvares Parrales Filho, auxiliado por seu Presidente Geraldo de Moraes Correa, que lidera uma Diretoria composta de pessoas atuantes, solidárias e de muita responsabilidade, vem ao longo dos quinze anos realizando um trabalho notável, de grande alcance social e humanitário, fazendo com que, os educandos, divididos em pré-escola, educação infantil, educação de jovens e adultos e profissionalizante, incluídos seus familiares, tenham todo atendimento possível, com tratamento personalizado e verdadeiramente especial às pessoas que são especiais.

Requer ainda o envio desta homenagem da Assembleia Legislativa do Paraná, para a APAE de Formosa do Oeste, nas pessoas de Agostinho Álvares Parrales Júnior - Diretor; e Geraldo Moraes Correa - Presidente, com endereço à Avenida São Luiz, 490 - 85830-000 - Formosa do Oeste/PR.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 3902

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o consentimento do douto Plenário, sejam formulados votos de grande apreço e efusivas congratulações a Eda Cristina Bekendorf por sua exemplar condução da JCI - Marechal Cândido Rondon, junto com seus companheiros de Diretoria, na condição de Presidente, no exercício de 2005.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma à congratulada, via correspondência a ser encaminhada à Caixa Postal 165 - 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3903

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o consentimento do douto Plenário, sejam formulados votos de grande apreço e efusivas congratulações a Alexandre Herzog por sua exemplar condução da JCI - Marechal Cândido Rondon, junto com seus companheiros de Diretoria, na condição de Presidente, no exercício de 2005.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma ao congratulado, via corres-

pondência a ser encaminhada à Caixa Postal 165 - 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3905

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o consentimento do douto Plenário, sejam formulados votos de grande apreço e efusivas congratulações a Keila Borth, por sua posse como Presidente da JCI - Juvenil de Marechal Cândido Rondon, no último dia 03 de dezembro, ao tempo que se manifesta augúrios de feliz e bem sucedida condução dessa importante organização juniorística, junto com seus companheiros de diretoria.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma à congratulada, via correspondência a ser encaminhada à Caixa Postal 165 - 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3906

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o consentimento do douto Plenário, sejam formulados votos de grande apreço e efusivas congratulações a Cláudio Roberto Kohler, por sua posse como Presidente da JCI - Marechal Cândido Rondon, no último dia 03 de dezembro, ao tempo que se manifesta augúrios de feliz e bem sucedida condução dessa importante organização juniorística, junto com seus companheiros de diretoria.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma ao congratulado, via correspondência a ser encaminhada à Caixa Postal 165 - 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3915

Senhor Presidente:

Requer ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, voto de louvor à Rádio Guaçu de Toledo Ltda., pelo seu quinquagésimo ano de funcionamento, transcorrido dia 05 de dezembro último.

Requer, ainda, seja determinada à Secretaria da Casa, que, uma vez aprovado este requerimento, dê-se ciência à empresa, da homenagem ora registrada nos Anais deste Legislativo Estadual.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoiamento:

Ademir Bier

REQUERIMENTO Nº 3925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Carlos Yoshio Murate, Diretor-Presidente da Cooperativa Integrada.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Luiz da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3926

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Júlio Akira Hoyama, Diretor Vice-Presidente da Cooperativa Integrada.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3927

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Katsumi Sérgio Otaguiri, Diretor-Secretário da Cooperativa Integrada.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3928

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Jorge Hashimoto, Superintendente da Cooperativa Integrada.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3876

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia seja enviado aos Secretários de Estado da Cultura e da Educação o seguinte pedido, referente à solicitação do município de Campo Mourão para que seja incluído no Programa Estadual de Bibliotecas Cidades.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Considerando a solicitação do município de Campo Mourão, pela qualidade do trabalho desenvolvido neste município em favor da instrução pública, que merece todo o apoio do Governo e das instituições, a quem dê esta Assembléia do Povo o devido louvor e valor, quando se quer ampliar o horizonte cultural dos nossos jovens por meio da leitura.

Seja este requerimento encaminhado ao Vereador Edson Lima, rua Francisco Albuquerque, nº 1.488 - Campo Mourão/PR, CEP: 87.302-220.

REQUERIMENTO Nº 3877

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Saúde, encaminhando excelentes sugestões do cirurgião e membro-titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, do Norte Pioneiro, Dr. Luciano Dias O. Reis, para ajudar na viabilização do Hospital Regional de Santo Antônio da Platina em convênio a ser celebrado com a Amunorte e o Governo do Estado.

A correspondência justifica o presente requerimento, de contribuição da cidadania à abertura do Hospital Regional de Santo Antônio da Platina, igual ao

Hospital de Bairro Novo construído quando fui Prefeito de Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 3883

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando que seja usado de muito critério e racionalidade na forma de rescisão dos contratos de demissão dos professores e profissionais da Educação que serão demitidos neste final de ano do Paranaeducação.

Justifica o seu pedido no sentido de que, centenas desses profissionais têm recorrido aos Parlamentares, informando que estão sendo convidados a assinarem um pedido de demissão, o que os impossibilita de retirarem o seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Sugerimos que esses profissionais sejam demitidos pelo Governo do Estado, possibilitando o seu acesso ao FGTS.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3916

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Sr. Luiz Dernizo Caron, solicitando informações com relação ao reinício das obras no Educandário de Santa Felicidade, nesta Capital, as quais foram paralisadas.

Neste sentido, faz-se necessário um pronunciamento oficial por parte dessa Secretaria.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 3917

Senhor Presidente:

Requer ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, que se encaminhe expediente ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, para externar o integral apoio dos paranaenses na proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, com a aprovação da proposta de Emenda à Constituição Federal nº 415/2005, solicitando que seja colocado em pauta e votado ainda neste ano, assim como também sejam oficiados todos os Deputados Federais líderes de partidos políticos ou blocos partidários, pedindo o empenho dos mesmos para a aprovação da proposta no Legislativo Federal,

em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoiamentos:

Ademar Traiano, André Vargas, Nelson Justus,
Plauto Miró Guimarães e Cesar Seleme.

REQUERIMENTO Nº 3918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Sr. Marcos Luiz Barroso Barros, solicitando providências em relação à construção de uma usina hidrelétrica às margens do rio Tibagi, no interior do Paraná, cujas terras alagadas afetarão a comunidade indígena da Aldeia de Mococa, município de Ortigueira/PR, com prejuízos inestimáveis a esta população.

Por se tratar de uma reserva indígena, de acordo com a Constituição Federal, há a necessidade de que também o Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, apresente seu parecer a este respeito e não apenas o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, como vem acontecendo.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sr. Mércio Pereira Gomes, solicitando providências e um parecer dessa Fundação, em relação à construção de uma usina hidrelétrica às margens do rio Tibagi, no interior do Paraná, cujas terras alagadas afetarão a comunidade indígena da Aldeia Mococa, município de Ortigueira/PR, com prejuízos inestimáveis a esta população.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3920

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando maior policiamento na cidade de Londrina, conforme documento já encaminhado à Polícia Militar com ao apoio de 36 entidades do município.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3921

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando maior segurança nas agências dos Correios do Estado, que têm enfrentado um grande número de assaltos, conforme publicação da Folha de Londrina do dia 03/12/2005.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências em relação às denúncias do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Londrina, Maringá e Curitiba contra a Cohapar.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3931

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando do mesmo o reforço no policiamento do bairro Mercês na região onde há concentração de bancos.

Cabe salientar que há reclamações de pessoas de mais idade que são assaltadas na saída de agências bancárias. Na região existem agências da Caixa Econômica, Unibanco 24 Horas, HSBC, Banco do Brasil e Itaú.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 767/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, em caráter permanente, no calendário oficial de políticas públicas de Cultura, o Programa Paranização, do Centro Cultural Teatro Guaíra.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O Paranização é um programa conceitualizado nos

parâmetros de política pública de cultura em desenvolvimento pelo Centro Cultural Teatro Guaíra como programa estratégico do Governo do Plano Plurianual 2003/2007.

Como tal, prevê o desenvolvimento cultural do Estado na sua horizontalidade, atuando por meio de ações contínuas e progressivas visando à estimulação da criatividade, sensibilização dos municípios para a necessidade de cumprir orçamentos na área da cultura, capacitação qualitativa para a criação e gestão de suas células (institucionais ou da sociedade civil) e promovendo a circulação de bens culturais entre os municípios.

A motivação para essa opção programática é essencialmente o cumprimento da missão de Centro Cultural como agente de estimulação, promoção, produção, multiplicação e articulação de um movimento cultural que propicie o desenvolvimento dos municípios em consonância com outras políticas públicas de interface (educação, saúde, meio-ambiente, turismo, mercado cultural com o Mercosul, etc) na transversalidade da cultura. O relevante patrimônio material e imaterial do Teatro Guaíra vinha sendo sub-utilizado como casa de espetáculos, com uma produção de alto nível destinada majoritariamente a um público restrito da capital e com ações eventuais e transitórias nas suas populações periféricas e no interior.

Os municípios interioranos sofriam uma invisibilidade de sua cultura reprimida ou precariamente manifestada, carecendo de reconhecimento e oportunidades de capacitação e inclusão no mapa do desenvolvimento econômico e social do Estado.

Em dezembro/2005, após dois anos e meio de atuação, o Paranaização inclui 206 municípios numa progressão classificatória de sensibilização, em processo e verticalização. Três Cadernos foram impressos e distribuídos com o conceito, operacionalização e metas que previam atingir 50% dos municípios até final de 2006, o que já se superou neste momento, propiciando um trabalho intensivo de verticalização (qualificação e circulação), ampliando ainda mais sua presença na horizontalidade geográfica do Estado.

No sentido de sua configuração com caráter de permanência e progressão, o Programa Paranaização prevê sua institucionalização pela Assembleia Legislativa com previsão orçamentária anual e a otimização desses recursos no cumprimento programático do órgão.

PROJETO DE LEI Nº 768/2005

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Excelência à Atenção Geriátrica e Gerontológica, com sede e foro no município de Cornélio Procopio.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Excelência à Atenção Geriátrica e Gerontológica, com sede e foro no município de Cornélio Procopio, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de saúde e assistência social aos idosos, de Cornélio Procopio e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 769/2005

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual São João - APMF, com sede e foro no município de Ubatã, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual São João, é uma entidade sem fins lucrativos que, desde a sua fundação, trabalha para o aprimoramento pedagógico com a conseqüente melhoria da qualidade do ensino, realiza atividades proporcionando uma maior integração para com a sociedade, bem como contribui para a modernização e principalmente manutenção da escola para que possa atender adequadamente a seus alunos.

Desta forma, pela importância das atividades desenvolvidas por esta Associação, apresenta-se o presente projeto a fim de declará-la de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 770/2005

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Donas de Casa de Curitiba - ADCC, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Donas de Casa de Curitiba,

desde a sua fundação em 05 de julho de 2004, tem atuado na defesa dos interesses das associadas e da comunidade em geral, contribuindo para a formação e desenvolvimento da vida comunitária, bem como para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar das donas de casa.

Desta forma, pela importância das atividades desenvolvidas por esta Associação, apresenta-se o presente projeto a fim de declará-la de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 771/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Institui a Lei Estadual de Proteção aos Animais, estabelecendo normas para a proteção, defesa e preservação dos animais no Estado.

Parágrafo Único. Consideram-se animais:

1. silvestres: aqueles encontrados livres na natureza, pertencentes às espécies nativas, migratórias, aquáticas ou terrestres, que tenham o ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras ou em cativeiro sob a competente autorização federal;

2. exóticos: aqueles não originários da fauna brasileira;

3. domésticos: aqueles de convívio do ser humano, dele dependentes, e que não repelem o jugo humano;

4. domesticados: aqueles de populações ou espécies advindas da seleção artificial imposta pelo homem, a qual alterou características presentes nas espécies silvestres originais;

5. em criadouros: aqueles nascidos, reproduzidos e mantidos em condições de manejo controladas pelo homem, e, ainda, os removidos do ambiente natural e que não possam ser reintroduzidos, por razões de sobrevivência, em seu habitat de origem;

6. sinantrópicos: aqueles que aproveitam as condições oferecidas pelas atividades humanas para estabelecerem-se em habitats urbanos e rurais.

Art. 2º É vedado:

I - ofender ou agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de experiência, prática ou atividade capaz de causar-lhes sofrimento ou dano, bem como as que provoquem condições inaceitáveis de existência;

II - manter animais em local desprovido de asseio ou que lhes impeça a movimentação, o descanso ou os privem de ar e luminosidade;

III - obrigar os animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em

sofrimento, para deles obter esforço que não se alcançariam senão com castigo;

IV - não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cujo abate seja necessário para consumo;

V - não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cuja eutanásia seja recomendada;

VI - vender ou expor à venda animais em áreas públicas sem a devida licença de autoridade competente;

VII - enclausurar animais conjuntamente com outros que os molestem;

VIII - exercitar cães coduzindo-os presos a veículo motorizado em movimento;

IX - qualquer forma de divulgação e propaganda que estimule ou sugira qualquer prática de maus-tratos ou crueldade contra os animais.

Capítulo II

Dos Animais Silvestres

Art. 3º Os animais silvestres deverão, prioritariamente, permanecer em seu habitat natural.

§ 1º Para a efetivação deste direito, seu habitat deve ser, o quanto possível, preservado e protegido de qualquer violação, interferência ou impacto negativo que comprometa sua condição de sobrevivência.

§ 2º As intervenções no meio que provoquem impacto negativo devem ser reparadas ou compensadas por meio de indenização revertida diretamente para o Programa de Proteção à Fauna Silvestre do Estado, previsto no artigo 6º desta lei.

Art. 4º As pessoas físicas ou jurídicas mantenedoras de animais silvestres exóticos, mantidos em cativeiro, residentes ou em trânsito, no municípios do Estado, que coloquem em risco a segurança da população, deverão obter a competente autorização junto ao Poder Público Municipal, sem prejuízo das demais exigências legais.

Art. 5º Fica proibida a introdução de animais pertencentes à fauna silvestre exótica dentro do território do Estado.

Seção I

Programa de Proteção À Fauna Silvestre

Art. 6º Fica instituído o Programa Estadual de Proteção à Fauna Silvestre.

§ 1º Todos os municípios do Estado, por meio de projetos específicos, deverão:

1. atender às exigências legais de proteção à fauna silvestre;

2. promover a integração dos serviços de normatização, fiscalização e de manejo da fauna silvestre do Estado;

3. promover o inventário da fauna local;

4. promover parcerias e convênios com universidades, ONGs e iniciativa privada;

5. elaborar planos de manejo de fauna, principalmente para as espécies ameaçadas de extinção;

6. colaborar no combate ao tráfico de animais silvestres;

7. colaborar na rede mundial de conservação.

§ 2º Todos os municípios do Estado poderão viabilizar a implantação de Centros de Manejo de Animais Silvestres, para:

1. atender, prioritariamente, os animais silvestres vitimados da região;

2. prestar atendimento médico-veterinário e acompanhamento biológico aos animais silvestres;

3. dar apoio aos órgãos de fiscalização no combate ao comércio ilegal e demais infrações cometidas contra os animais silvestres;

4. promover ações educativas e de conscientização ambiental.

Art. 7º A Administração Pública Estadual, através de órgão competente, publicará a cada 4 (quatro) anos a lista atualizada de Espécie da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção e as Provavelmente Ameaçadas de Extinção no Estado, e subsidiará campanhas educativas visando sua divulgação e preservação.

Seção II

Caça

Art. 8º São vedadas, em todo território do Estado, as seguintes modalidades de caça:

I - profissional, aquela praticada com o intuito de auferir lucro com o produto de sua atividade;

II - amadorista ou esportiva, aquela praticada por prazer, sem finalidade lucrativa ou de caráter competitivo ou simplesmente recreativo.

Parágrafo Único. O abate de manejo ou controle populacional, quando único e último recurso viável, só poderá ser autorizado por órgão governamental competente e realizado por meios próprios ou por quem o órgão eleger.

Seção III

Pesca

Art. 9º Para os efeitos deste Código define-se por pesca todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida.

Art. 10. É vedado pescar em épocas e locais do Estado interditados pelo órgão competente.

Capítulo III

Dos Animais Domésticos

Seção I

Controle de Zoonoses e

Controle Reproduzido de Cães e Gatos

Art. 11. Os Municípios do Estado devem manter programas permanentes de controle de zoonoses, através

de vacinação e controle de reprodução de cães e gatos, ambos acompanhados de ações educativas para propriedade ou guarda responsável.

Art. 12. É vedada a prática de sacrifício de cães e gatos em todos os municípios do Estado, por métodos cruéis, consubstanciado em utilização de câmaras de descompressão, câmaras de gás, eletrochoque e qualquer outro procedimento que provoque dor, estresse ou sofrimento.

Parágrafo Único. Considera-se método aceitável de eutanásia a utilização ou emprego de substância apta a produzir a insensibilização e inconscientização antes da parada cardíaca e respiratória do animal.

Seção II

Das Atividades de Tração e Carga

Art. 13. Só é permitida a tração animal de veículo ou instrumentos agrícolas e industriais, por bovinos e eqüídeos, que compreende os eqüinos, muares e asininos.

Art. 14. A carga, por veículo, para um determinado número de animais, deverá ser fixada pelas municipalidades, obedecendo sempre ao estado das vias públicas e declives, peso e espécie de veículo, fazendo constar das respectivas licenças a tara e a carga útil.

Art. 15. É vedado na atividades de tração animal e carga:

I - utilizar, para atividades de tração, animal cego, ferido, enfermo, extenuado ou desferrado, bem como castigá-lo sob qualquer forma ou a qualquer pretexto;

II - fazer o animal trabalhar por mais de 6 (seis) horas ou fazê-lo trabalhar sem respeitar intervalos para descanso, alimentação e água;

III - fazer o animal descansar atrelado ao veículo, em aclave ou declive, ou sob o sol ou chuva;

IV - fazer o animal trabalhar, ferido ou estando com mais da metade do período de gestação;

V - atrelar, no mesmo veículo, animais de diferentes espécies;

VI - atrelar animais a veículos sem os apetrechos indispensáveis ou com excesso daqueles dispensáveis, considerando-se apetrechos indispensáveis: o arreio completo do tipo de peitoral, composto por dois tirantes de couro presos ao balancim ou do tipo qualheira, composto por dois pares de corrente presas ao balancim, mais selote com retranca fixa no animal, correias, tapa-olho, bridão ou refreio, par de rédeas e cabresto para a condução após desatrelamento do animal.

VII - prender animais atrás dos veículos ou atados a caudas de outros.

Seção III

Do Transporte de Animais

Art. 16. É vedado:

I - fazer viajar um animal a pé, mais de 10 (dez) quilômetros sem lhe dar descanso, água e alimento.

II - conservar animais embarcados por mais de 6 (seis) horas sem água e alimento, devendo as empresas de transporte providenciar as necessárias modificações em seu material, veículo e equipamentos, adequando-se às espécies animais transportadas, dentro de 6 (seis) meses a partir da publicação desta lei;

III - conduzir, por qualquer meio de locomoção, animais colocados de cabeça para baixo de mãos e pés atados, ou de qualquer modo que lhe produza sofrimento ou estresse.

IV - transportar animais em cestos, gaiolas ou veículos sem as proporções necessárias ao seu tamanho e números de cabeças, e sem que o meio de condução em que estão encerrados esteja protegido por rede metálica ou similar, que impeça a saída de qualquer parte do corpo do animal;

V - transportar animal sem a documentação exigida por lei;

VI - transportar animal fraco, doente, ferido ou que esteja com mais da metade do período gestacional, exceto para atendimento de urgência;

VII - transportar animais de qualquer espécie sem condições de segurança para quem os transporta.

Seção IV

Dos Animais Criados para Consumo

Art. 17. São animais criados para o consumo aqueles utilizadas para o consumo humano e criados com essa finalidade em cativeiro devidamente regulamentado e abatidos em estabelecimentos sob supervisão médico-veterinária.

Art. 18. É vedado:

I - privar os animais da liberdade de movimentos, impedindo-lhes aqueles próprios da espécie;

II - submeter os animais a processos medicamentosos que levem à engorda ou crescimento artificiais;

III - impor aos animais condições reprodutivas artificiais que desrespeitem seus respectivos ciclos biológicos naturais.

Seção V

Do Abate de Animais

Art. 19. É obrigatório em todos os matadouros, matadouros-frigoríficos e abatedouros, estabelecidos no Estado, o emprego de métodos científicos modernos de insensibilização aplicados antes da sangria por instrumentos de percussão mecânica, por processamento químico, choque elétrico (eletroanestesia) ou, ainda, por outros métodos modernos que impeçam o abate cruel de qualquer tipo de animal destinado ao consumo.

Parágrafo Único. É vedado o uso de marreta e da picada de bulbo (choupa), bem como ferir ou mutilar os animais antes da insensibilização.

Seção VI

Das Atividades de Diversão, Cultura e Entretenimento.

Art. 20. É vedado realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes, em locais públicos e privados.

Art. 21. Quando da apresentação em espetáculos de adestramento os animais deverão ser corretamente assistidos por veterinários de modo que estes previnam o stress causado no animal.

Capítulo IV

Da Experimentação Animal

Art. 22. Considera-se experimentação animal a utilização de animais vivos em atividades de pesquisa científica, teste de produto e no ensino.

Parágrafo único. Para as finalidades desta lei, entende-se por:

1. Ciência básica: domínio do saber científico, cujas propriedades residem na expansão das fronteiras do conhecimento, independentemente de suas aplicações;

2. Ciência aplicada: domínio do saber científico, cujas prioridades residem no atendimento das necessidades impostas pelo desenvolvimento social, econômico e tecnológico.

3. Experimentação animal: procedimentos efetuados em animais vivos, visando a elucidação de fenômenos fisiológicos ou patológicos, mediante técnicas específicas, invasivas ou não, e preestabelecidas;

4. Eutanásia: a utilização, ou emprego de substância apta a produzir a insensibilização e inconscientização antes da parada cardíaca e respiratória do animal.

5. Centro de criação: local onde são mantidos os reprodutores das diversas espécies animais, dentro de padrões genéticos e sanitários preestabelecidos, para utilização em atividades de pesquisa;

6. Biotério: local dotado de características próprias, onde são criados ou mantidos animais de qualquer espécie, destinados ao campo da ciência e tecnologia voltado à saúde humana e animal;

7. Laboratório de experimentação animal: local provido de condições ambientais adequadas, bem como de equipamentos e materiais indispensáveis à realização de experimentos em animais, que não podem ser deslocados para um biotério.

Seção I

Das Condições para Criação e Uso de Animais para Pesquisa Científica

Art. 23. Os estabelecimentos de pesquisa científica devem estar registrados nos órgãos competentes e super-

visionados por profissionais de nível superior, nas áreas afins, devidamente registrados em seus Conselhos de classe e nos órgãos competentes.

Art. 24. É condição indispensável para o registro das instituições de atividades de pesquisa com animais, a constituição prévia de Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA, cujo funcionamento, composição e atribuições devem constar de Estatuto próprio e cujas orientações devem constar do Protocolo a ser atendido pelo estabelecimento de pesquisa.

§ 1º As CEUA's devem ser integradas por profissionais e membros das áreas correlacionadas e setores da sociedade civil, respeitada a igualdade do número de membros nas seguintes categorias:

1. médicos veterinários e biólogos;
2. docentes e discentes, quando a pesquisa for desenvolvida em instituição de ensino;
3. pesquisadores na área específica;
4. representantes de associações de proteção e bem-estar animal legalmente constituídas;
5. representantes da comunidade.

§ 2º Compete à CEUA:

1. cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto nesta lei e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais em pesquisa;
2. examinar previamente os procedimentos de pesquisa a serem realizados na instituição a qual esteja vinculada, para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável.
3. examinar previamente os procedimentos de pesquisa a serem realizados na instituição a qual esteja vinculada, para determinar o caráter de inovação da pesquisa que, se desnecessário sob este ponto de vista, poupará a utilização dos animais;
4. expedir parecer favorável fundamentado, desfavorável, de recomendações ou de solicitação de informações ao pesquisador, sobre projetos ou pesquisas que envolvam a utilização de animais;
5. restringir ou proibir experimentos que importem em elevado grau de agressão aos animais;
6. fiscalizar o andamento da pesquisa ou projeto, bem como as instalações dos centros de pesquisa, os biotérios e abrigos onde estejam recolhidos os animais;
7. determinar a paralisação da execução de atividades de pesquisas, até que sejam sanadas as irregularidades, sempre que descumpridas as disposições elencadas nesta lei ou em legislação pertinente.
8. manter cadastro atualizado dos procedimentos de pesquisas realizados ou em andamento, e dos respectivos pesquisadores na instituição;
9. notificar imediatamente às autoridades competentes a ocorrência de qualquer acidente com os animais nas instituições credenciadas, bem como a desobediência dos preceitos elencados nesta lei.

Art. 25. As CEUA's poderão recomendar às agências de amparo e fomento à pesquisa científica o indeferimento de projetos, por qualquer dos seguintes motivos:

- I - que estejam sendo realizados, ou propostos para realização, em instituições não credenciadas pela CEUA;
- II - que estejam sendo realizados sem a aprovação do CEUA;
- III - cuja realização tenha sido suspensa pela CEUA.

Art. 26. As CEUA's poderão solicitar aos editores de periódicos científicos nacionais que não publiquem os resultados de projetos que:

- I - estejam sendo realizados, ou propostos para realização, em instituições não credenciadas pela CEUA;
- II - estejam sendo realizados sem a aprovação da CEUA;
- III - cuja realização tenha sido suspensa pela CEUA.

Art. 27. As instituições que criem ou utilizem animais para pesquisa existentes no Estado anteriormente à vigência desta lei, deverão:

- I - criar a CEUA, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, após sua regulamentação;
- II - compatibilizar suas instalações físicas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da entrada em vigor das normas técnicas estabelecidas pelos órgãos competentes.

Art. 28. Os laboratórios de produtos cosméticos instalados no Estado e que realizam experimentação animal, ficam sujeitos aos ditames desta lei.

§ 1º Os laboratórios que se abstiverem da experimentação animal poderão receber benefícios ou incentivos fiscais.

§ 2º Os laboratórios mencionados no parágrafo anterior poderão exibir nos rótulos das embalagens de seus produtos a expressão "produto não testado em animais".

Seção II

Das Condições de Criação e Uso de Animais para Pesquisa Científica

Art. 29. Serão utilizados, em atividades de pesquisa e ensino, animais criados em centros de criação ou biotérios.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderão ser utilizados animais não criados da forma prevista no *caput* quando impossibilitada sua criação em função da espécie animal ou quando o objetivo do estudo assim o exigir.

Art. 30. Fica proibida a utilização de animais vivos provenientes dos órgãos de controle de zoonoses ou canis municipais, ou similares públicos ou privados, terceiriza-

dos ou não, nos procedimentos de experimentação animal.

Art. 31. É vedada a realização de procedimento para fins de experimentação animal que possa vir a causar dor, estresse, ou desconforto de média ou alta intensidade sem a adoção de procedimento técnico prévio de anestesia adequada para a espécie animal.

Art. 32. É vedado o uso de bloqueadores neuromusculares, ou de relaxantes musculares, em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas.

Art. 33. O animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas e ajustadas no protocolo do experimento, sendo vedada a reutilização do mesmo animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto nos procedimentos cirúrgicos, toxicológicos e comportamentais de estresse.

Art. 34. O animal só poderá ser submetido à eutanásia de acordo com protocolos estabelecidos pelos órgãos técnicos nacionais, estaduais ou referendados por estes, sob estrita obediência às prescrições pertinentes a cada espécie, sempre que encerrado o procedimento ou em qualquer de suas fases, quando ética e tecnicamente recomendado, ou quando da ocorrência de sofrimento do animal.

Art. 35. A experimentação animal fica condicionada ao compromisso moral do pesquisador ou professor, firmado por escrito, responsabilizando-se por evitar sofrimento físico e mental ao animal, bem como a realização de experimentos cujos resultados já sejam conhecidos e demonstrados cientificamente.

Art. 36. Dar-se-á prioridade à utilização de métodos alternativos em substituição ao animal.

Art. 37. O número de animais a serem utilizados para a execução de um projeto e o tempo de duração de cada experimento será o mínimo indispensável para produzir o resultado conclusivo, poupando-se, ao máximo, o animal de sofrimento.

Seção III

Da Escusa ou Objeção de Consciência

Art. 38. Fica estabelecida no Estado a cláusula de escusa de consciência à experimentação animal.

Parágrafo único. Os cidadãos paulistas que, por obediência à consciência, no exercício do direito às liberdades de pensamento, crença ou religião, se opõem à violência contra todos os seres vivos, podem declarar sua objeção de consciência referente a cada ato conexo à experimentação animal.

Art. 39. As entidades, estabelecimentos ou órgãos públicos ou privados legitimados à prática da experimentação animal devem esclarecer a todos os funcionários, colaboradores ou estudantes sobre o direito ao exercício da escusa de consciência.

Art. 40. Os biotérios e estabelecimentos que utilizam animais para experimentação, bem como as entidades de ensino que ainda utilizam animais vivos para fins didáticos, devem divulgar e disponibilizar um formulário impresso em que a pessoa interessada poderá declarar sua escusa de consciência, garantia constitucional elencada no artigo 5º, inciso VIII, da Constituição Federal, eximindo-se da prática de quaisquer experimentos que vão contra os ditames de sua consciência, seus princípios éticos e morais, crença ou convicção filosófica.

§ 1º A declaração de escusa de consciência poderá ser revogada a qualquer tempo.

§ 2º A escusa de consciência pode ser declarada pelo interessado ao responsável pela estrutura, órgão, entidade ou estabelecimento junto ao qual são desenvolvidas as atividades ou intervenções e experimentação animal, ou ao responsável pela atividade ou intervenção de experimentação animal, no momento de seu início, que deverá indicar ao interessado a realização ou elaboração de prática ou trabalho substitutivo, compatível com suas convicções.

§ 3º Caso o interessado entenda que a prática ou trabalho substitutivo não seja compatível com suas convicções, deverá reportar-se à CEUA da respectiva entidade, estabelecimento, órgão público ou privado legitimado à prática da experimentação animal, o qual poderá manter ou reformar a prestação alternativa indicada, após apreciação do pedido e sua resposta, através de informações prestadas pelo responsável pela atividade ou intervenção de experimentação animal, devendo regulamentar os prazos de interposição e apreciação do pedido e da resposta para este fim.

Art. 41. Os pesquisadores, os profissionais, os técnicos, bem como os estudantes universitários que tenham declarado a escusa de consciência não são obrigados a tomar parte diretamente nas atividades e nas intervenções específicas e ligadas à experimentação animal.

§ 1º Fica vedada a aplicação de qualquer medida ou consequência desfavorável como represália ou punição em virtude da declaração de escusa de consciência que legitima a recusa da prática ou cooperação na execução de experimentação animal.

§ 2º As universidades deverão estipular como facultativa a frequência às práticas nas quais estejam previstas atividades de experimentação animal.

§ 3º No âmbito dos cursos deverão ser previstas, a partir do início do ano acadêmico, sucessivo à data de vigência da presente lei, modalidades alternativas de ensino que não prevejam atividades ou intervenções de

experimentação animal, a fim de estimular a progressiva substituição do uso de animais.

Capítulo V

Das Penalidades

Art. 42. Constitui infração, para os efeitos desta lei, toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos estabelecidos ou na desobediência às determinações de caráter normativo dos órgãos das autoridades administrativas competentes.

Art. 43. As infrações às disposições desta lei e de seu regulamento, bem como das normas, padrões e exigências técnicas, serão autuadas, a critério da autoridade competente, levando-se em conta:

- I - a intensidade do dano, efetivo ou potencial;
- II - as circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- III - os antecedentes do infrator;
- IV - a capacidade econômica do infrator.

Parágrafo único. Responderá pela infração quem, por qualquer modo a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 44. As infrações às disposições desta lei serão punidas com as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - perda da guarda, posse ou propriedade do animal, se doméstico ou exótico;

§ 1º Nos casos de reincidência, caracterizados pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta, cumulativamente.

§ 2º A penalidade prevista no inciso II deste artigo será imposta nos casos de infração continuada e a partir da segunda reincidência.

Art. 45. As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, nos termos e condições aceitas e aprovadas pelas autoridades competentes, se obrigar à adoção de medidas específicas para fazer cessar e corrigir a infração.

Art. 46. As instituições que executem atividades reguladas no Capítulo IV desta lei estão sujeitas, em caso de transgressão às suas disposições e ao seu regulamento, às penalidades administrativas de:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - interdição temporária;
- IV - suspensão de financiamentos provenientes de fontes oficiais de crédito e fomento científico;
- V - interdição definitiva.

Parágrafo Único. A interdição por prazo superior a 30 (trinta) dias somente poderá ser determinada, após

submissão ao parecer dos órgãos competentes mencionados nesta lei.

Art. 47. Qualquer pessoa, que execute de forma indevida atividades reguladas no Capítulo IV ao participe de procedimentos não autorizados pelos órgãos competentes, será passível das seguintes penalidades administrativas:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária;
- IV - interdição definitiva para o exercício da atividade regulada nesta lei.

Art. 48. Os valores monetários serão estabelecidos em regulamento, atualizados anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro índice criado pela legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 49. As penalidades previstas nos artigos 44 e 45 desta lei serão aplicadas de acordo com a gravidade da infração, os danos que dela provierem, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

Art. 50. As sanções previstas serão aplicadas pelos órgãos executores competentes estaduais, sem prejuízo de correspondente responsabilidade penal.

Art. 51. Qualquer pessoa que, por ação ou omissão, sem a devida e regulamentar autorização, interferir nos centros de criação, biotérios e laboratórios de experimentação animal, de forma a colocar em risco a saúde pública e o meio ambiente, estará sujeita às correspondentes responsabilidades civil e penal.

Art. 52. A autoridade, funcionário ou servidor que deixar de cumprir a obrigação de que trata esta lei ou agir para impedir, dificultar ou retardar o seu cumprimento, incorrerá nas mesmas responsabilidades do infrator, sem prejuízo das demais penalidades administrativas e penais.

Capítulo VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 53. A fiscalização das atividades e a aplicação das multas decorrentes de infração fica a cargo dos órgãos competentes da Administração Pública Estadual, previstos em regulamento, nas suas respectivas áreas de atribuição.

Art. 54. Fica expressamente revogada a Lei nº 10.470, de 20 de dezembro de 1999, que alterou disposi-

tivos da Lei nº 7705, de 19 de fevereiro de 1992.

Art. 55. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 56. Esta lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”

Preservar os animais é muito mais do que uma questão de sobrevivência, é uma questão cultural. Desde os primórdios eles sempre colaboraram de alguma forma para a construção de um mundo melhor. Seja como meio de transporte, seja como meio de segurança, seja simplesmente como animais de estimação. Eles foram, são e sempre serão parte integrante daquilo que chamamos de “mãe natureza”, da qual dependemos para sobreviver.

O meio ambiente tem que ser visto como um todo e os animais são parte responsável pela conservação e preservação deste que é de fundamental importância para a nossa existência. Com os avanços da ciência, percebeu-se que os animais podem ajudar inclusive na recuperação e até mesmo na cura de algumas doenças. Se eles, enquanto sadios e bem tratados, só trazem benefícios à sociedade, por que maltratá-los? Por que extingui-los?

Durante muito tempo, a humanidade exterminou milhares de espécies e gradativamente estamos vivenciando as consequências destes atos quando sentimos os desequilíbrios ambientais causados por tais atitudes. Por isso faz-se necessária a criação de uma lei que regule e conscientize a sociedade dos benefícios trazidos por esses seres e penalize aqueles que maltratam os animais sem nenhum motivo aparente ou necessário. Já dizia

Leonardo da Vinci: *chegará o dia em que os homens conhecerão o íntimo dos animais, e nesse dia, um crime contra qualquer um deles será considerado um crime contra a humanidade.*

Palavras do Presidente

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

(Lê):

“Srs. Deputados:

Cumpre-me informá-los e também para que seja consignado em Ata, que esta Casa já está tomando as medidas jurídicas necessárias com relação à notícia de internet veiculada, em tese, pelo Dr. Fuad Faraj, Promotor de Justiça que atua na Comarca de Ponta Grossa/PR.

Referida correspondência transcende os limites permitidos em lei para a manifestação da opinião e do pensamento, ofendendo a honra e a dignidade dos nobres pares deste Poder Legislativo.

Daí porque já se formulou uma representação dirigida ao Exmo. Chefe do Ministério Público paranaense, Dr. Milton Riquelme de Macedo, instituição a que pertence o suposto autor da nota, para que o mesmo seja intimado a prestar esclarecimentos junto à douta Corregedoria-Geral do Ministério Público, cumpridas as formalidades legais.

Por ser tarefa constitucional do Ministério Público o dever de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos, nos termos do artigo 129, inciso II da Constituição Federal, espera-se a urgente adoção das providências institucionais necessárias do *Parquet*, que tanto defende a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.”

Grande Expediente:

Homenagem aos 30 Anos da Embrapa/Soja

Por proposição do Deputado José Maria Ferreira e aprovado por unanimidade nesta Casa, o Grande Expediente desta Sessão Ordinária será destinado à homenagem pelos trinta anos de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa/Soja.

Como temos usado sempre antecipar as homenagens para o Pequeno Expediente e deixando este posteriormente à homenagem, vamos de imediato iniciar as homenagens à Embrapa.

Abertura da Solenidade

Quero agradecer a presença da Dra. Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni, Chefe-Geral da unidade Embrapa/Soja; a Exma. Sra., nossa ex-colega Deputada, Lygia Puppato, Magnífica Reitora da Universidade Estadual de Londrina; ao Cônsul da Romênia, Orcival Henning, que

nos abrilhanta hoje com sua presença nesta Casa; e ao Celso Serrato, Diretor-Técnico da Emater.

Já de imediato, concedo a palavra ao Exmo. Sr. Deputado José Maria Ferreira, proponente da presente homenagem.

Proponente: Deputado José Maria Ferreira

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e convidados.

Em primeiro lugar quero agradecer à Mesa pela acolhida do requerimento e ao Plenário por tê-lo aprovado por unanimidade para que hoje pudéssemos receber a Embrapa e seus pesquisadores.

Quero cumprimentar a pesquisadora Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni, Chefe-Geral da Embrapa/Soja Londrina; ao pesquisador João Flávio Veloso Silva, Chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa/Soja; cumprimentar o Luiz Gonzaga Ferreira Sobrinho, representando aqui o escritório de negócios da Embrapa/Soja; cumprimento o Chefe de Gabinete da Secretaria da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, professor Cícero Gonçalves; a Magnífica Reitora da Universidade Estadual de Londrina, também ex-Deputada nesta Casa, a professora Lygia Puppato; cumprimentar o Celso Serrato, Diretor-Técnico da Emater e neste momento representando o Vice-Governador, Secretário Orlando Pessuti; quero cumprimentar também o Cônsul da Romênia que hoje nos acompanha nesta Sessão.

(Lê):

“A Embrapa Soja é uma das quarenta unidades de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa. Sua missão é viabilizar soluções que contribuam para o desenvolvimento dos agronegócios da soja e do girassol, com sustentabilidade do espaço rural, por meio de geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

A Embrapa Soja está sediada em Londrina. A região de Londrina possui clima de transição favorável para o desenvolvimento de tecnologias tanto para a região Sul como para a região Centro Oeste do país. Por isso, a Embrapa Soja foi estrategicamente instalada na cidade. De 1975 a 1989, a Embrapa Soja esteve localizada junto ao Iapar - Instituto Agrônomo do Paraná. Só em 1989 a instituição ganhou sede própria, no Distrito de Warta, onde está instalada atualmente. Hoje, a Embrapa Soja conta com trezentos empregados e, desses, mais de setenta são pesquisadores com mestrado e doutorado. Para dar cumprimento aos seus objetivos a Embrapa instala campos experimentais em Balsas-MA, além de outras localidades.

Mais recentemente a sua presença no Norte do país provocou verdadeira revolução econômica de hábitos na agricultura do Maranhão e Sul do Piauí.

Sua fundação, em 1975, tinha o propósito de desenvolver tecnologias que possibilitassem a produção sustentável de soja no Brasil, tornando-se referência mundial em pesquisa para a cultura da soja em regiões tropicais. Até 1970, os plantios comerciais de soja no mundo restringiam-se a regiões de climas temperados e sub-tropicais, cujas latitudes estavam próximas ou superiores aos 30°. Os pesquisadores da Embrapa Soja romperam essa barreira, desenvolvendo variedades adaptadas às condições tropicais com baixas latitudes, permitindo o cultivo da oleaginosa em todo o território brasileiro.

A Revista Exame quando elaborou as dez melhores inovações brasileiras nos últimos anos, reservou o honroso terceiro lugar à Embrapa pelas suas conquistas e melhoramento do padrão genético dos produtos por ela pesquisados.

A mesma revista brinda a Embrapa com a seguinte expressão: ‘a tecnologia que salvou a lavoura’, para em seguida discorrer: ‘as sementes do impulso fundamental da indústria de agrobusiness nacional foram lançadas quando um núcleo de sete especialistas da Embrapa debruçou-se sobre o desafio de tropicalizar a soja. Planta de origem asiática, ela só se adaptava bem nos estados mais do sul do país. Do Paraná para cima, a planta atingia no máximo quinze centímetros, um sexto de sua altura normal - afirma o engenheiro agrônomo José Francisco Ferraz, que fez parte do grupo que tratou do problema em meados da década de 70. Foram necessários anos de pesquisas num banco genético com informações sobre mais de oito mil tipos de soja até se chegar à planta capaz de evoluir bem em regiões mais quentes. O impacto da inovação foi formidável. De pouco mais de trezentas mil toneladas produzidas em 1973, o Brasil saltou para os 53 milhões de toneladas da safra atual’.

Outras tecnologias foram desenvolvidas e adotadas simultaneamente com as novas cultivares, como o manejo racional dos solos e da sua fertilidade; o manejo adequado da cultura para os diferentes ecossistemas brasileiros; o manejo integrado das pragas e das plantas daninhas; o controle biológico da lagarta da soja e do percevejo verde, as mais importantes pragas da cultura; entre outras. Destaca-se, aqui, a grande preocupação em criar tecnologias que promovam a qualidade e a quantidade de alimentos, desenvolvam regiões mas que, ao mesmo tempo, garantam a sustentabilidade do sistema.

Inúmeros cursos de culinária de soja são ministrados em todo o Brasil, visando promover os benefícios da soja para a saúde e ampliar o uso desse grão mágico na dieta do brasileiro. Para auxiliar nesse objetivo, a Embrapa Soja também criou cultivares com sabor adaptado ao paladar ocidental, garantindo sabor agradável em pratos como pães, bolos, tortas, bombons, sorvetes e diversos outros.

O trabalho da Embrapa Soja, em parceria com diversos órgãos de pesquisa e do agronegócio: instituições de ensino, ciência e tecnologia, empresas públicas e privadas de assistência técnica, associações de produtores e fundações de amparo à pesquisa.

Em trinta anos, a Embrapa Soja, em parceria com organizações dos setores público e privado, desenvolveu 206 cultivares de soja. Atualmente, as 'Cultivares Embrapa' respondem por cerca de 50% da produção nacional de sementes de soja. A oferta, pela Embrapa Soja, de materiais genéticos com alta produtividade e maior resistência às principais doenças possibilitaram essa conquista. O programa de melhoramento genético da Embrapa Soja e seus parceiros é o maior programa mundial do gênero para regiões dos trópicos.

Na média histórica, as cultivares de soja têm obtido 2% mais produtivas a cada ano, indicando um ganho de produtividade de 6% nos últimos três anos, apenas em consequência dos ganhos genéticos dos novos materiais. É através da incorporação de resistência a pragas e doenças que os pesquisadores da Embrapa Soja têm conseguido conferir estabilidade de produção nas novas cultivares.

O programa de melhoramento genético da Embrapa Soja tem abrangência nacional, envolvendo todos os estados onde a soja é cultivada comercialmente. Essa abrangência é conseguida graças ao estabelecimento de parcerias com organizações públicas e privadas, estrategicamente localizadas nas diversas regiões produtoras. Esse eficiente sistema de parcerias, aliado à excelência do corpo técnico da Unidade, confere à Embrapa Soja liderança nacional no desenvolvimento de cultivares de soja".

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores representantes da Mesa Diretiva desta Casa, que temos a honra de trazer a Embrapa, através de sua direção geral, para demonstrar o que é o trabalho da pesquisa, silenciosa, na maioria das vezes com poucos recursos, poucos investimentos em função daquilo que ela se dedica e daquilo que os nossos pesquisadores se debruçam.

Não foi à toa que conquistamos uma das maiores empresas mundiais de pesquisa, fruto do trabalho, fruto do empenho mas sobretudo, na maioria delas, do idealismo dos nossos pesquisadores provando que abaixo dos trópicos, do Equador, tem sim, inteligência viva, capaz de transformar e demonstrar que é possível a agricultura responder quando se tem pesquisa, investimento e recursos humanos dedicados a ela.

É por isso, Sr. Presidente, que nos honra muito a presença da Embrapa quando comemoramos os seus trinta anos e o rol de conquistas para a agricultura que foi possível ao nosso país.

Muito obrigado.

(Aplausos)

Realização da homenagem

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido a Dra. Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni, Chefe Geral da unidade Embrapa-Soja, para receber a escultura Pinhão de Ouro, símbolo do nosso Estado.

Convido os Deputados José Maria, André Vargas, Deputada Elza, Deputado Barbosa Neto, também de Londrina, para, por gentileza comparecerem à Mesa para a entrega da escultura.

(Entrega da escultura Pinhão de Ouro)
(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Neste momento assistiremos a um vídeo da Embrapa-Soja: "Gerando Tecnologias e Cultivando Parcerias". O vídeo terá duração de aproximadamente oito minutos.

(Apresentação do vídeo)

Oradora:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Dra. Vânia Beatriz Castiglioni, Chefe da Unidade Embrapa Soja, que nos honra com a sua presença hoje.

Sra. Vânia Beatriz Castiglioni

A SRA. VÂNIA BEATRIZ CASTIGLIONI

(Lê):

"Senhoras e senhores, boa tarde.

Talvez seja difícil explicar a V. Exas. o quanto é satisfatório para a Embrapa Soja obter reconhecimento que os senhores hoje fazem à nossa instituição.

Temos uma história de resultados, obtidos sempre em parceria com instituições que, como nós, buscam contribuir com o agronegócio brasileiro por meio da ciência e da tecnologia.

Naturalmente, ficamos orgulhosos com as homenagens que recebemos e nos envaidecemos com todo tipo de reconhecimento ao nosso trabalho.

Mas a homenagem desta Assembléia, José Maria, Elza Correia e Barbosa Neto, podem ter certeza, é especial. É especial porque vem do Paraná, onde estamos há trinta anos e temos o maior orgulho por isso. O Paraná onde está Londrina, cidade de terra roxa e fértil, de gente de fibra e carinhosa, que nos recebeu com carinho e que estendeu para toda a região um sentimento permanente de boas-vindas à ciência e à tecnologia.

O Paraná, dá grande companhia Universidade Estadual de Londrina; do nosso primeiro lar, o Instituto Agrônomo - Iapar, da irmã Embrapa Florestas, da eficiente amiga Emater, das parceiras Universidade Federal, Unopar, Seti, Cefet, PUC, Sociedade Rural, e tantas

outras instituições formadas por paranaenses brilhantes, que nos honram com sua parceria.

Esta homenagem é especial porque vem da classe de parlamentares, representantes do povo e autoridades constituídas para fazer valer as necessidades e os anseios dos cidadãos de bem do Paraná. Os Parlamentares, que hoje amargam talvez a pior crise de imagem de sua história, mas que seguem firmes em sua labuta, na certeza de que podem provar que muitos de seus pares são também cidadãos de bem, honrados, honestos e batalhadores.

Sabemos que temos Parlamentares que compreendem que este País precisa de atenção, de carinho, de educação, de saúde, de criatividade e também de ciência, pois somente assim geraremos soluções para nossos problemas específicos e seremos competitivos.

Esses Deputados paranaenses estão hoje nos homenageando, atendendo à proposição do Deputado José Maria Ferreira, que honra a todos por sua digna atuação nesta Casa, a Assembléia Legislativa do Paraná nos dá a honra de vir a Curitiba e mostrar um pouco da nossa caminhada, do nosso trabalho, dos nossos desafios.

Em nosso vídeo institucional, assistido há pouco, os senhores puderam ver um pouco da nossa história. Temos a responsabilidade de estudar a cultura da soja e a do girassol em todo o país. Se há doenças, pragas ou condições que prejudiquem essas culturas, devemos ter soluções para isso, ter propostas que agreguem produtividade, mas que, ao mesmo tempo, garantam o mínimo de impacto negativo ao meio ambiente.

Desenvolvemos mais de duzentos cultivares de soja que se adaptaram a todas as regiões do Brasil, mas nossa missão abrange o desafio de cuidar das consequências do avanço da sojicultura, gerenciando o presente, esquecendo seletivamente o passado, e criando o futuro.

Temos um plano diretor, elaborado com a participação dos nossos colegas, dos representantes da sociedade, dos membros de nosso Comitê Assessor Externo (aqui representado pelo produtor rural Almir Montecelli e pela Reitora Lygia Puppato Davel). Esse plano diretor é nosso guia e mostra o que nosso público interno, a sociedade e os profissionais do agronegócio esperam de nós. Mas não atuamos apenas por demanda.

Temos o dever de investigar tendências e manter sintonia com a comunidade científica do mundo inteiro, a fim de oferecer ao país a inovação em primeira mão. Foi assim com o manejo integrado e o controle biológico de pragas, com o manejo adequado do solo, os sistemas de controle de perdas na colheita, a biotecnologia, as cultivares para produção em sistema orgânico e para alimentação humana.

Muitos desafios estão em nosso plano diretor, e eles incluem a questão do cultivo sustentável de grãos em especial na Amazônia, o aperfeiçoamento do processo de produção de biodiesel utilizando oleaginosas e, o mais urgente deles, o controle da doença mais temida dos sojicultores hoje - a ferrugem asiática.

Tenho convicção de que alcançaremos os objetivos propostos, apesar dos recursos limitados! Isso porque temos uma equipe unida, preparada, idealista e ainda cheia de motivação, quando se trata de superar desafios. Temos parceiros fortes, e as 40 unidades da Embrapa, muitas também completando 30 anos em 2005, são grandes aliadas.

Hoje, temos certeza de que esta Casa também se alia a nós na busca por melhores condições para que a ciência e a tecnologia possam cumprir o seu papel neste país. E o nosso papel não é apenas oferecer tecnologia mas, especialmente, contribuir para a diminuição da fome, para gerar divisas ao Brasil, para despertar a consciência ambiental, enfim, integrar pessoas em torno de objetivos nobres que passam pelo campo, pela pesquisa científica e pela vontade de fazer a diferença onde precisam de nossa contribuição.

Exmos. Srs. Deputados: muitíssimo obrigada por proporcionar esse dia de muita honra e alegria para a Embrapa Soja. Exmo. Deputado José Maria, receba nosso carinho, nosso respeito e nosso agradecimento por seu maravilhoso trabalho e também por ter proposto essa homenagem.

Neste momento, gostaria de entregar ao Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, (ou ao Deputado José Maria) uma escultura do artista plástico londrinense Luís Trevisan que representa o agradecimento da Embrapa Soja a todos os nobres Deputados desta Casa.

Mais uma vez, obrigada a todos pela homenagem, aos colegas e parceiros pela presença. Por favor, visitem-nos quando estiverem em Londrina. Incluam-nos como parceiros em todo programa que vise o desenvolvimento do Paraná. Contem sempre com a Embrapa e com a a Embrapa Soja.

Obrigada e boa tarde.

Tomo a liberdade de solicitar ao nosso colega Moacir Medrado, chefe da Embrapa Floresta Curitiba, para que faça a entrega da homenagem ao Presidente Hermas Brandão.

(É feita a entrega da escultura)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos, mais uma vez, agradecer à Dra. Vânia, também a todos os pesquisadores, todos os funcionários da Embrapa pelo brilhante trabalho que fazem no setor de pesquisa que tem colaborado muito para o desenvolvimento do nosso Estado.

Suspendo a Sessão para os cumprimentos.

(Suspensa a Sessão)

Está reaberta a Sessão.

Pequeno Expediente:

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Neste final de semana, no Rio de Janeiro, o Diretório Nacional do PDT reunir-se-á e lá estará o nosso Presidente Estadual, o Senador Osmar Dias, que vai cobrar da Direção Nacional do Partido Democrático Trabalhista a coerência, e principalmente o compromisso que foi assumido, exatamente há um ano, quando tivemos um encontro estadual do Partido aqui em Curitiba, e o Presidente Nacional, Carlos Lupi, assegurou, e eu tenho inclusive alguns recortes para atestar aquilo que dizemos, que diante de lideranças, Prefeitos e Deputados, que o PDT abriria mão de lançar candidato a Presidente da República para não prejudicar a eleição do Senador Osmar Dias para o Governo do Estado do Paraná.

Estamos cobrando também esta coerência ao subir à tribuna na tarde de hoje, já que o projeto que foi alinhado pelo Secretário Manoel Dias, e também pelo Presidente Carlos Lupi, da Executiva Nacional do PDT, era fazer o maior número possível de Governadores, eleger Deputados Federais e Estaduais no Brasil todo. E aí sim, em 2010, o Projeto Nacional, lançando candidato próprio à Presidência da República. Não é o que estamos vendo, através das declarações da imprensa feitas pelo Carlos Lupi. Inclusive, tenho aqui alguns dos vários jornais com data de 12 de dezembro do ano passado, onde o Presidente Nacional do Partido, Carlos Lupi, que participou do encontro em Curitiba, afirmou: “A candidatura de Osmar Dias é uma prioridade nacional para o Partido, pela sua experiência, pela sua retidão, é hoje uma referência nacional. Tenho certeza de que ele será eleito Governador e poderá resgatar a imagem do Paraná, porque é mais credenciado para promover o resgate desta condição e renovar a política paranaense”.

Infelizmente, entendo que o Sr. Carlos Lupi deve ter se esquecido de tudo aquilo que disse. Eu falava agora pela manhã com o Senador Osmar Dias, que ratificou a sua condição de pré-candidato, espera pela votação, é claro, do fim da verticalização que está sendo apreciada em Brasília, mas que, com certeza, manterá a sua candidatura ao Governo do Estado do Paraná. Lembro, inclusive, do próprio saudoso Leonel de Moura Brizola, que disse que o PDT do Paraná iria resgatar o PDT nacional, e que seria um modelo de administração para o projeto do PDT de ter candidato próprio à Presidência da República, no ano de 2010.

Estamos, então, na condição de líder do Partido Democrático Trabalhista, fazendo essa colocação na tarde de hoje, e informando, inclusive, que o Senador foi convidado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva para uma audiência também na Capital Federal. E estamos mais uma vez, não querendo admoestar a estrutura do PDT Nacional, respeitando o Presidente Carlos Lupi, mas temos que primar pela coerência e pela verdade, o que foi dito há um ano deve valer também agora, porque

foi um compromisso assumido pelo Presidente Nacional do Partido, e foi essa tranquilidade que recebeu o Senador Osmar Dias como tendo a sigla para ser candidato ao Senado, fez uma excelente votação, a maior votação da história de um homem público do Estado do Paraná, e agora não pode voltar atrás.

Quero apenas concluir e lembrando mais uma vez que queremos cobrar essa coerência, esse compromisso assumido, porque existe muita celeuma, muitas arbitrariedades sendo cometidas por alguns órgãos de imprensa, querendo colocar palavras na boca do Senador Osmar Dias que ele não disse. Mas, no momento exato ele vai se pronunciar a esse respeito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Luiz Carlos Martins. Deputado Ademar Traiano. Deputado José Domingos Scarpellini. Deputado Mário Bradock.

(**Declinam**)

(O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**))

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Sabáudia, Almir Batista. E também registrar que a cidade de Sabáudia firmou um convênio de amizade com a cidade de Sabáudia na Itália. Esteve no último dia 24 uma comitiva italiana subscrevendo esse convênio. Foi um momento de muita satisfação, de muita honra para a família sabaudiana de ambos os continentes.

Fica aqui o registro para os Anais desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Antonio Anibelli.

(**Declina**).

Gostaria de dar as boas-vindas ao nosso ex-colega, Prefeito de Cianorte, Edno Guimarães.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Gostaria de registrar que na semana passada estivemos em Foz do Iguaçu representando esta Casa e também o Conselho Estadual da Mulher, assinando o pacto contra a mortalidade materna e infantil, que ainda se traduz em números que representam a tragédia humana no Brasil e no Paraná.

Estavam conosco o Governador Roberto Requião, o Secretário da Saúde Cláudio Xavier e outras autoridades.

Esse pacto já foi proposto pelo Governo Federal, assinamos em parceria, porque no Brasil morrem ainda por ano duas mil mulheres por complicações no parto, gravidez e também mortes por falta de acompanhamento do pré-natal. É uma vergonha! É uma tragédia brasileira!

Morrem 38 mil bebês por falta de atendimento preventivo. E no Paraná os números estão igualmente assustadores. E esse pacto que assinamos é exatamente para

que diminua o índice de mortalidade materna e infantil evitáveis no Brasil e no Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, apenas para prestar contas da nossa representação naquele encontro, na 7ª Conferência Estadual de Saúde e também para as companheiras que fazem parte da Comissão da Mulher aqui na Casa.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, possamos ao Horário das Lideranças.

Na Liderança do PSB, Deputado José Domingos Scarpellini por dez minutos.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos recebendo a visita do sempre Deputado Orlando Pessuti, Vice-Governador, Secretário da Agricultura do Paraná, e é uma honra para esta Casa sua presença.

Gostaria de falar sobre a aftosa, já que está aqui o nosso Secretário da Agricultura, Vice-Governador, que foi o Presidente do Bloco da Agricultura nesta Assembleia Legislativa do Paraná. Se do dia que o boi pega aftosa ao dia que se cura demora vinte e um dias, todo boi que tinha aftosa no Paraná já está curado. Não precisamos mais de exame nenhum do laboratório federal localizado em Belém do Pará.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a incoerência com que é tratada a agricultura, a pecuária, o setor produtivo neste país!

O Ministério da Agricultura fez-se despejar-se milhares e milhares de litros de leite de Carambeí, dos Campos Gerais, dos pequenos e médios produtores que acreditam e que produzem, com a sua inteligência e o suor do seu rosto, as riquezas deste país. Milhares de litros de leite da maior e da mais saudável bacia leiteira do Paraná e do Brasil foram jogados para irrigar os campos produtivos, servindo de adubo á terra dos Campos Gerais, aqui no Paraná.

Colocou-se sob suspeita a atividade pecuária desenvolvida no Noroeste, no Norte, no Sul; colocou-se sob suspeita todos os produtores deste Estado e, agora, vem-se com uma análise de que, possivelmente, há um foco de aftosa no Paraná. Ora, depois de jogar a cesta e quebrar todos os ovos, de fazer a mistura e a omelete com casca e tudo, vem o Governo Federal dizer que tem aftosa, mas se tem, o material colhido é com mais de trinta dias e aftosa se cura com vinte e um, normalmente, como era curada quando se tratava com os antigos métodos da minha infância, inclusive, lá na Água do Xaxim, do município de Apucarana, onde fui criado.

Pegava-se o boi, passava-se creolina nos cascos; jogava cal para o gado pisar, em um corredor; e fazia-se uma limpeza na boca da vaca, do boi, do bezerro ou de quem quer que seja; e vinte e um dias depois, estavam curados. Se o gado do Paraná tinha aftosa, agora, está curado. Não tem mais, porque passaram mais de vinte e um dias para se fazer a análise de um material colhido para se diagnosticar um mal que estava afetando a nossa pecuária.

Este mal anunciado, não detectado, e se foi já está curado, não afetou a agricultura, não afetou a pecuária, mas afetou o bolso do produtor paranaense, que, financeiramente, sentiu pesar sobre o seu bolso a mão do Governo Federal que entrou e começou a tirar o seu dinheiro, porque as despesas continuaram as mesmas, mas os valores produzidos não, eram sempre diminuídos porque a crise da aftosa estava suspeita sob todos os produtores e todo o rebanho paranaense.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados: está aqui o Secretário da Agricultura, Vice-Governador do Paraná; estão aqui espalhados pelo Paraná os produtores que tomaram prejuízo; estão ali em Carambeí, nos Campos Gerais, os produtores de leite da maior bacia leiteira deste país, do melhor gado, que viram arrasados, durante alguns dias, os seus sonhos. Mas, e o Ministro da Agricultura onde está? Está lá no ar condicionado de Brasília, certamente conversando com os produtores que dirigem os grandes negócios econômicos-financeiros situados na Avenida Paulista, em São Paulo. Ou está conversando com os grandes banqueiros enquanto o trabalhador do campo, o produtor, com calo na mão, com o coração partido em ver o rebanho sendo aniquilado, o seu leite sendo despejado. Ficou com o prejuízo. E eles ficaram com o discurso fácil.

Mas, vamos lá, Sr. Presidente, Srs. Deputados: o povo vai cobrar do Governo Federal no ano que vem, que é o ano das eleições, vai cobrar, sim.

Vamos sair agora da aftosa e vamos para outra prática que está ocorrendo no Paraná que é o banditismo, o roubo e o arrombamento.

Este ano, depois da temporada que encerrou em março aqui nas praias de Leste, Matinhos e Pontal, mais de 1.200 arrombamentos aconteceram com a impunidade total dos ladrões que vão lá, arrombam a porta e carregam a mudança dos proprietários. E as polícias civil e militar, em quantidade muito pequena de policiais, nada fez para poder desbaratar essa quadrilha que vive no litoral paranaense arrombando, assaltando, e que já instituída, criada como se fosse um movimento que caminha dentro da ilegalidade, da criminalidade, mas com consentimento social. Ora, não é concebível que numa sociedade organizada como a nossa, tenhamos que conviver com esse segmento marginal que se torna uma coisa oficial.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado.

É uma coisa crônica, Deputado Nelson Justus, incrível, mas é verdade, os bandidos dominaram certos setores das praias fora das temporadas. Lá em São Pedro do Ivaí não é diferente, falta carro, falta policial, falta gasolina. Mas, não falta crime, todo dia tem roubo, todo dia tem assalto e o Governo faz de conta que não sabe, faz de conta que não é dele a responsabilidade da falta de policiais no interior do Paraná. Falta ação efetiva do Governo com relação à repressão ao crime organizado que está nas pequenas e médias cidades do Estado, por falta de agente, por falta de estrutura policial.

Fica o nosso protesto aqui. Sr. Presidente, Srs. Deputados, e um pedido ao Governo do Paraná, às lideranças que aqui estão: precisamos recriar um novo programa de segurança. Está demais o abandono que corre por todos os cantos deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Bloco PTB/PL/PMR/ PPS.

(**Declinam**)

PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Se o Instituto Ambiental do Paraná, IAP, conceder a licença prévia para a instalação de uma usina hidrelétrica no rio Tibagi, o Ministério Público Federal vai ajuizar uma ação civil pública para impedir o leilão do projeto às empresas privadas, que está marcado para o próximo dia 16, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Segundo o Promotor João (Akira Omoto) este documento tem falhas incansáveis e virou uma verdadeira colcha de retalhos. Porque o estudo de impacto ambiental que havia, era apenas para a usina que seria instalada em São Jerônimo da Serra. Esta nova usina hidrelétrica muito maior, carece de um novo levantamento de impacto ambiental e precisa ser analisada a questão de bacia hidrelétrica e não apenas um mero estudo de impacto ambiental.

O que está sendo omitido por aqueles que querem a instalação da usina, é que lá existem populações indígenas. Quanto à população indígena que terá as suas terras alagadas, a Constituição Federal prevê, que deve ser também feita uma autorização para a Fundação Nacional do Índio - Funai, bem como um estudo específico para essas populações. A população indígena e o seu território são considerados sagrados pela Constituição Federal. Há o que se determina a própria lei, que não se pode apropriar do direito de ninguém, sem conceder uma compensação. E nenhuma compensação mitigatória poderá sanar as dificuldades que os índios sofrerão.

Estamos fazendo uma alerta ao Governo do Estado, no que tange à instalação da usina hidrelétrica no rio Tibagi. A Promotora do Meio Ambiente de Londrina, Solange Novaes Vicentina, é contra esse empreendimento, porque o Paraná é superavitário nesta questão.

Uma outra versão que não está sendo analisada pelo Governo do Estado, é que o rio Tibagi é manancial de abastecimento para pelo menos doze municípios, que terão a sua qualidade de água comprometida e dificilmente revertida para uma água de boa qualidade, como acontece no dia de hoje. Há um engodo também para os prefeitos que querem ter esse empreendimento instalado na sua cidade, acreditando que haverá benefícios de remuneração de recursos.

Hoje, por exemplo, Deputado José Domingos Scarpellini, os municípios são remunerados com a tarifa 1/6 maior do que é vendida ao consumidor. Hoje, pela nova determinação da Aneel, é o Estado consumidor que recebe o ICMS e não o gerador. O Paraná tem sofrido com isso, perdendo muito dinheiro. Há uma falsa ilusão que os royalties irão beneficiar e alavancar as economias regionais.

Gostaria de ceder um aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Deputado Barbosa Neto, estou ouvindo atento o seu pronunciamento e tenho uma coisa que discordo de V. Exa.

V. Exa. disse que a água do Tibagi abastece doze municípios. Se realmente construirmos os reservatórios que vieram dentro desses projetos, vamos ter uma melhora da água e não vai piorar.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não. Pelo contrário, Deputado.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Discordo de V. Exa., porque o processo de poluição, se é que existe, com o reservatório e o represamento, haverá a decantação e o processo será o de despoluição, porque se constrói inclusive represas e reservatórios, como a que está se construindo no Yangtzé, que são os três canais na China, que é exatamente para se despoluir. Lá está se construindo um reservatório muito grande no rio Amarelo, que é o Yangtzé, que serve para despoluir o rio no processo de decantação - se ele tiver poluição - e para conter as cheias de Xangai.

Então, o processo de decantação dos reservatórios que serão usados para o efeito de geração de energia elétrica, vai servir para limpar mais a água.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não sou especialista nesta questão, mas segundo os pesquisadores que consultamos, o rio Tibagi, que é o terceiro rio em extensão no Estado do Paraná, que nasce na região dos Campos Gerais, tem 612 quilômetros de

extensão e é um dos poucos rios virgens do Paraná. Quando ele chega na altura de Telêmaco Borba, a empresa Klabin praticamente mata toda a biodiversidade dele. Ele consegue, quase chegando a Tamarana, chegar praticamente limpo, vivo novamente e é justamente o processo das corredeiras, da oxigenação do contato com as curvas e com as quedas d'água e com as próprias pedras do rio que fazem com que ele se purifique novamente. Esse processo é muito prejudicial na questão do represamento, porque a sedimentação do agrotóxico e de impurezas, de dejetos químicos de esgoto, ele é na verdade danoso ao extremo. Se represarem o rio, é a mesma coisa que matá-lo.

Agradeço o aparte de V. Exa.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Só para concluir o aparte.

Falei sobre a questão de decantação e de limpeza da água. Com relação à construção da usina eu não conheço os projetos, mas tenho muito medo de técnicos que elaboram pareceres como esse, que dizem que o processo de limpeza do rio se faz apenas pela oxigenação das suas cachoeiras, e não é. O processo de limpeza pode ser por decantação, no processo de represamento.

Então, os técnicos realmente têm um papel muito importante, mas eles também erram; também são humanos.

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço, Deputado, e concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado, Deputado Barbosa!

Quero parabenizá-lo por trazer mais uma vez esse assunto à Casa. Acho que é um debate que temos que fazer, com mais profundidade inclusive, porque uma das preocupações que existe hoje em Tibagi é que essa região onde o rio estará também represado - ainda que façam redução da barragem - é uma das regiões com a maior biodiversidade que temos no Estado do Paraná.

Até para termos uma idéia de parâmetro, é uma região que embora dez vezes menor do que determinadas regiões da Mata Atlântica, ela tem a biodiversidade dez vezes superior. Se houve de fato o represamento do rio e a parte que será alagada for justamente essa, não estaremos apenas perdendo biodiversidade, mas também esses municípios que vivem inclusive do turismo, estarão perdendo muito. A preocupação que levantei ao Ministério Público quando houveram as audiências públicas é se, por exemplo, aquela região de Tibagi onde a equipe brasileira que disputa o sulamericano, disputa o mundial de canoagem, se essa área também será prejudicada, porque Tibagi perderá muito mais do que terá a ganhar.

Parabéns pela iniciativa do debate e acho que temos que continuar a fazê-lo!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Deputado Tadeu veneri!

E não só Tibagi, como o Paraná todo irá perder. É uma pena, infelizmente, que não tenhamos mais tempo e que também nem todos os Deputados tenham exatamente o tamanho da dimensão que vai significar a construção de usinas hidrelétricas no rio Tibagi.

Estamos encaminhando um requerimento ao Presidente do Ibama, também ao Presidente da Funai, para que tomem providências já que estão tratando de temas que hoje afetam inclusive a questão indígena e necessitam de autorização, segundo a Constituição Federal. Estamos preocupados porque inclusive corremos contra o relógio; dia 16 haverá o leilão, hoje deve sair a licença prévia do IAP. O Ministério Público Federal está atento e nós estamos fazendo a nossa parte. Infelizmente há ainda muita nebulosidade em termos de conhecimento real do que se trata, o próprio Deputado Scarpellini, que é uma autoridade nessa área, também tem uma visão diferente. Mas, estamos respaldados, conversando com os técnicos mais importantes do Brasil sobre este tema.

Voltaremos numa próxima oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, serei extremamente econômico no meu tempo, apenas para dizer que, no dia de hoje, no Hospital das Clínicas, foi homologado o resultado da eleição para Reitor da Universidade Federal do Paraná em que pese estar havendo ocupação pelos alunos, Deputado Zucchinho, dentro e fora do espaço da Reitoria mas foi homologado o resultado, com o nome dos três candidatos enviados ao Ministério da Educação para que se faça, ou não, a indicação dos mais votados.

O que me traz a esta tribuna é que esse processo de ocupação que foi feito na semana passada, deve ter o seu desfecho hoje ou amanhã e os alunos que estão naquele espaço, obviamente em contato com diversos Deputados, inclusive com aqueles que têm, por uma história, relação com os centros acadêmicos, que é o seu caso, Deputado Zucchinho, que teve uma vida dentro da Universidade Federal do Paraná.

A principal reivindicação dos alunos qual é? É que haja diálogo com o atual Reitor e que foi o vencedor das eleições, professor Moreira, para que na sequência, no retorno ao período normal, tenhamos como um dos principais pontos de debate, numa Mesa que vai ser instalada, a não punição às pessoas envolvidas neste que não é um protesto, não é uma bagunça, não é um processo anárquico, como alguns inclusive colocaram, mas é uma

forma que entenderam os estudantes de fazer uma manifestação legítima, dentro do espaço da Reitoria.

Podemos até divergir, mas o que estamos empenhados - e ontem eu falava com o Presidente desta Casa, já havia falado inclusive com o Reitor - é em tentar fazer, e a Assembléia Legislativa pode compor nesse processo, que não haja punição aos alunos que estão dentro da Reitoria.

O que esta Casa pode fazer, no meu entendimento, é buscar aproximação entre aqueles que estão ocupando aquele espaço, até o final da tarde de hoje e aqueles obviamente que têm, por direito e por obrigação, mantê-lo como um espaço de trabalho.

Era esse o registro que eu queria fazer, porque me parece que nos próximos dias vamos ser procurados por uma comissão de alunos da Universidade Federal para intermediarmos essa negociação.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 068/2005, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que visa incentivar a regularização de créditos tributários relativos ao ICMS. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 1872/2005, subscrito pelo Sr. Mário Yoshio Wako - Comandante do Corpo de Bombeiros, constante do expediente, solicitando transferência de data do dia 07 de dezembro, para recebimento do título de Cidadão Honorário de Curitiba, para data a ser designada. **Protocole-se. À Diretoria de Apoio ao Plenário. Dê-se ciência ao Sr. Deputado José Domingos Scarpeolini.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Deputada Arlete Caramês, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para reforçar o convite que já foi feito em todos os gabinetes dos Deputados e Deputadas de que amanhã, às 10h, neste plenário, haverá a cerimônia de premiação estadual da 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, em parceria à Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia desta Casa, com a Universidade Federal do Paraná, Fundação Araucária e Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Portanto, reforçando o convite a todos, mas muito especialmente aos membros da Comissão de Educação desta Casa.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 3929, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3904, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, solicitando destaque para votação do item 16 de pauta da Ordem do Dia da Sessão de hoje, que versa Discussão única da Proposição nº 086/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 328/2005. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

Discussão Única (Proposições)

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 086/2005, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 328/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, autorizando o Poder Executivo a criar o Programa de Preservação do Patrimônio Público e Particular e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 149/2005.

Curitiba, 23 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 176/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 328/2005, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo criar o Programa de Preservação do Patrimônio Público e Particular, destinado à pre-

servação destes imóveis e a punição aos pichadores e depredadores do Estado, prevendo multas de três salários-mínimos aos infratores, assim como outras penalidades.

O projeto de lei em referência foi vetado por inconstitucionalidade, porque trata de matéria centrada em infrações à Lei Penal Brasileira. Portanto, diante da tipificação criminosa, bem como sua penalidade existente no Código Penal, impor outra sanção aos atos de pichação e deterioração de patrimônio, seja público ou privado, além de implicar em condenação em duplicidade pelo mesmo crime, invade competência privativa da União, a quem, segundo o artigo 22, inciso I, da Magna Carta da República, compete privativamente legislar sobre direito penal, de modo que o presente projeto de lei padece de vício de inconstitucionalidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 328/2005, encontra-se publicado no DA nº 051/2005, de 31/05/2005, em Projeto de Lei, pág. 08).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 086/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 328/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Preservação do Patrimônio Público e Particular e adota outras providências.

O Chefe do Executivo, no exercício de seu poder discricionário vetou o projeto.

Nesta oportunidade, do exame do artigo 71 da Constituição Estadual tem-se que o veto foi apostado dentro do prazo legal e que ora se submete ao Plenário desta Casa.

Somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, creio que é uma sinalização desta Casa da maior importância. Esse projeto visa punir os pichadores, aqueles que deixam feia a nossa cidade, não só Curitiba, mas todas as outras.

Não é uma afronta ao Governo, não; ao Governador, longe disso, mas é um direito nosso pedir o voto NÃO para a derrubada do veto.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, como Líder da Bancada do Governo, libero a Bancada, até porque o projeto é meritório, talvez o Sr. Governador não tenha percebido a importância dele. Liberamos a Bancada para que seja derrubado o veto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Elton Welter, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares para a votação do item 16, veto apostado ao Projeto de Lei nº 328/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Elton Carlos Welter)

É feita a chamada nominal para votação do Item 16: Discussão Única da Proposição nº 086/2005.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Quarenta e três votantes. Para escrutinar, solicito os senhores Deputados Miltinho Pupio, Barbosa Neto e Ratinho Júnior.

Votaram: trinta e oito Deputados NÃO e cinco SIM.

Derrubado o veto referente ao Projeto de Lei nº 328/2005.

Requerimento nº 3896, de autoria do Sr. Deputado Delegado Braddock, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 15, 17 e 18 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Conforme requerimento já aprovado, passa-se à votação em bloco dos itens 15, 17 e 18.

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 009/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 095/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, facultando aos pequenos agricultores de produtos orgânicos deste Estado a obtenção de subsídio junto ao Poder Executivo, para o plantio de cada safra, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 243/2004.

Curitiba, 28 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 325/2004, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando, da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 095/2004, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que, com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado, a produção agrícola orgânica de pequenos agricultores poderá ser subsidiada em até 30% de seu custo, especificando, para tanto, cancelamento de recursos na vigente Lei Orçamentária.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que fere os artigos 133 e seguintes da Carta Estadual. A matéria foi analisada pela Procuradoria Geral do Estado que através, do Parecer nº 217/2004, adiante transcrito, aborda com maior detalhamento a apontada inconstitucionalidade:

“Desde logo, vislumbra-se o valor da iniciativa, em face da sua preocupação social, já que visa atender aos pequenos agricultores, bem como tendo em vista reflexos positivos em relação ao meio ambiente, pois na agricultura dita orgânica, diferentemente da agricultura tradicional, não seriam utilizados produtos tóxicos que acabam por poluir os solos e as águas.

Adentrando em análise formal, cumpre assinalar que o projeto trata de matéria de iniciativa legislativa privativa do Poder Executivo.

É que a proposição, oriunda do ilustre membro do Poder Legislativo, adentra no tema de abertura de cancelamento de créditos orçamentários (vide os artigos 2º e 3º), a despeito do disposto no artigo 133 da Constituição Estadual.:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

Ora, se a elaboração do orçamento por lei anual depende de iniciativa do Poder Executivo, soa lógico que a sua modificação também o dependa.

No âmbito da Constituição Federal a questão parece restar ainda mais clara, pois além da previsão no artigo 165, cuja redação é simétrica à do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná, também o artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, letra “b” dispõe que *São da iniciativa do Presidente da República as leis que... disponham sobre... organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios.*

De outro lado, criar um subsídio com recursos públicos, destinado a pequenos agricultores que utilizem métodos de cultivo orgânicos, configura um novo programa ou projeto não previsto quando da aprovação da lei orçamentária anual. Assim, o projeto também está em contradição com o artigo 135, I da Constituição Estadual que tem a seguinte redação:

Art. 133. São vedados:

I o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

Comentando previsão idêntica a essa, contida no artigo 167, I, da Carta Magna, REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA acentua que esse dispositivo “...evita a

ausência de planos e venda a improvisação administrativa”, e conclui que o governo deve utilizar “... as verbas orçamentárias de acordo com o que no orçamento ficou estabelecido.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 095/2004 encontra-se publicado no DA nº 021/2004, de 31.03.2004, em Projetos de Lei, pág. 13).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 09/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 243/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, vetado pelo Governador do Estado, faculta aos pequenos agricultores de produtos orgânicos deste Estado a obter subsídio junto ao Poder Executivo, para o plantio de cada safra.

Nossa Constituição Estadual assim dispõe:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso).

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somo favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 101/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 477/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2005, fixando o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 policiais militares e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 174/2005.

Curitiba, 07 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 284/2005, dessa Presidência e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que usando, da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 477/2005, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 policiais militares, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o artigo 6º. O dispositivo vetado é indiscutivelmente inconstitucional, eis que, sendo decorrente de emenda dessa augusta Casa e ensejando aumento da despesa pública, afronta o preceito contido no artigo 68, inciso I da Carta Estadual, segundo o qual não é permitida apresentação de emendas de tal natureza.

Por outro lado, é oportuno ressaltar que a medida, em sua versão original, foi proposta pelo Chefe do Poder Executivo, no uso da competência privativa que lhe é assegurada pelo artigo 66, inciso III, da referida Carta Constitucional.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a v. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 477/2005 encontra-se publicado no DA nº 103/2005, de 27.09.2005, em Redação Final, pág. 30).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 101/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 477/2005, de autoria do Poder Executivo, vetado parcialmente pelo Governador do Estado, fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 policiais militares.

Nossa Constituição Estadual assim dispõe:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso).

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi aposto dentro do prazo legal.

Desta forma, somo favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 103/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 185/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, dispondo sobre a obrigatoriedade da utilização da mão-de-obra de instrutores previamente qualificados, portadores de necessidades especiais, causadas por acidentes de trânsito, na forma que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 187/2005.

Curitiba, 19 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 255/2005, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando, da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 185/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer *a obrigatoriedade da utilização da mão-de-obra de instrutores, previamente qualificados, portadores de necessidades especiais causadas por acidentes de trânsito, na proporção de no mínimo 40% (quarenta por cento) do total de instrutores, nos cursos de reciclagem para os infratores das normas de trânsito, instituídos pelo artigo 268 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.*

O não acolhimento ao projeto de lei sob análise decorre de manifestações da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Detran, considerando a medida, nos moldes em que vem posta, contrária ao interesse público e, também, inexecutável.

A adiante transcrita informação nº 292/2005, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, apresenta maior detalhamento quanto aos motivos pelos quais a medida não mereceu acolhimento:

Trata-se do Projeto de Lei nº 185/2005 determinando que seja obrigatória a utilização de instrutores portadores de necessidades especiais causadas por acidentes de trânsito, na proporção de no mínimo 40% do total de instrutores, nos cursos de reciclagem para infratores de trânsito, instituídos pelo artigo 268 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

A matéria em questão é justificada com a alegação de que a presente proposição é inspirada em modelos adotados na Europa e América do Norte, com resultados positivos, bem como, provocará um sensível aumento na oferta de emprego para portadores dessa deficiência.

Encaminhado ao Departamento de Trânsito - Detran, para análise e manifestações, fomos informados que a lei tem por inspiração um modelo estrangeiro desconhecido, nada se sabendo sobre sua eficácia, custos, estatísticas ou circunstâncias.

Através do Parecer nº 110/2005 - COOJU - esclarece aquela autarquia que o CTB (Código de Trânsito Brasileiro) e a Resolução nº 168/2005 do Contran, abriram a possibilidade de estes cursos serem ministrados por entidades privadas. Centros de Formação de Condutores (micro-empresas ou empresas de pequeno porte), que provavelmente se utilizam de um único instrutor contratado, não havendo, portanto, possibilidade de aplicar a proporção de 40% imposta pela lei.

Apresenta ainda o referido Parecer outros argumentos que deixaremos de citar para não nos tornarmos repetitivos, onde finalmente assim conclui: "Desta forma, parece mais razoável, proporcional, tangível e aplicável que a quantidade de vagas disponibilizada para os portadores de necessidades especiais seja fixada em coeficiente intermediário das leis vigentes nacionais."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a v. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 185/2005 encontra-se publicado no DA nº 026/2005, de 13.04.2005, em Redação Final, pag. 23).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 103/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 185/2005, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo a obrigatoriedade da utilização da mão-de-obra de instrutores, previamente qualificados, portadores de necessidades, causadas por acidentes de trânsito, na forma que específica.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso).

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somo favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação).

Quarenta e três Deputados votaram.

Convido os Deputados Jocelito Canto, Neivo Beraldin e André Vargas para conferirem a votação.

Vinte e três Srs. Deputados responderam com a cédula SIM e vinte Srs. deputados responderam com a cédula NÃO.

Estão mantidos os vetos aos itens 15, 17 e 18.

De conformidade com o requerimento de inversão da Ordem do Dia, acima aprovado, passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, concedendo o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Sr. Dilvo Grolli. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 111/2005, de 11/10/2005)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 629/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito ao Sr. Dilvo Grolli.

Legitimidade

Dispõe a Lei nº 13.115 de 14/02/2001:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Constitucionalidade e Legalidade

Pertinente a tal matéria, dispõe a Lei nº 14.677 de 2005:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º, da Lei 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º *Cada partido político poderá apresentar até 08 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.*

§ 2º *O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.*

De acordo com tal lei, o Partido do nobre Deputado apresentou apenas seis, segundo estatística da própria Assembléia Legislativa, dois oito a que tem direito, deixando clara a legalidade.

Porém, o referido projeto de lei carece de vícios de técnica legislativa, pois não foram observadas algumas disposições da Lei Complementar nº 95/98. No artigo 2º que dispõe “*ficando revogadas as disposições em contrário*”, há ilegalidade frente à referida Lei Complementar, que determina que todas as revogações devem ser explicadas e especificadas (artigo 12, I). E para sanar tal vício e salvaguardar a importância da matéria, apresentamos emenda, em anexo.

Desta forma, em sede de parecer, e desde que acolhida a emenda sugerida anexa, este relator opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 629/2005

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 629/2005, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º *Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.*

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Elton Carlos Welter**)
(**Faz a chamada nominal dos Srs. Deputados**)
Sr. Presidente, quarenta Srs. Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Quarenta votantes. Solicito aos Deputados Hermes Fonseca e Alexandre Curi para que façam a contagem dos votos.

Quero participar aos Srs. Parlamentares que teremos outra Sessão hoje. Peço a compreensão dos senhores para que permaneçam na Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Elton Carlos Welter**)
Quarenta Deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aprovado em 1ª discussão, por unanimidade.

2ª Discussão

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 721/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação Irmã Emanuele de Brito, com sede em Ampère e foro no município de Realeza. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Centro educacional Santa Terezinha de Itaipu - Cesti, com sede e foro na cidade de Santa Terezinha de Itaipu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, alterando a Lei nº 13.994, de 27 de janeiro de 2003, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Independência - Educação Infantil e Ensino Fundamental - APM, com sede em Boa Esperança e foro no município de Mamborê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 635/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declarando de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria de Nagasaki, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular - ACNAP, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispondo sobre a obrigatoriedade da publicação, nos jornais editados no Estado do Paraná, de advertência quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, nas condições que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDDMCA. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o**

projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revogando a Lei nº 13.571, de 22 de maio de 2002 (substituição da frota oficial do Estado). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/2005, objetivando majorar a remuneração policial-militar às patentes de Soldado de 1ª Classe e 1º Tenente. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/2005, objetivando fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.312 (vinte mil, trezentos e doze) policiais militares, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 687/2005, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1975 GAB, alterando o artigo 2º, II, parágrafo 1º e o artigo 3º, II, da Lei nº 13.665 de 04 de julho de 2002, e reajusta a tabela de gratificação de função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 654/2005, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 738/2005, dispondo sobre a tabela de nível de proventos aplicável aos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/2005, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 737/2005, dispondo sobre a tabela de nível de vencimento básico aplicável aos servidores do Quadro Efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispondo sobre a divulgação, nos locais que especifica, dos crimes e das penas relativas à prostituição e à exploração sexual da criança ou do adolescente e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP E CDDMCA. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3891, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para informar.**

Requerimento nº 3892, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Indeferido.**

Indefiro, porque já está comprometido o Grande Expediente do dia.

Requerimento nº 3875, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3876 e 3877, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3878 a 3881, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3882 e 3883, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3886 a 3888, de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3890, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3893, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3895, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3897 a 3901, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3902, 3903 e 3905 a 3912, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3915, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, com apoio do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3916, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3917, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, com apoio dos Deputados Ademar Traiano, Nelson Justus, André Vargas, Cesar Seleme e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3918 a 3928, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3930, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3931, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3933, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 630/2005.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 282, 613, 638 e 697/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 443 e 629/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 547/2003, 486 e 525/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 058, 104 e 113/2005.

Quero informar aos Srs. Parlamentares que amanhã teremos homenagem no Pequeno e no Grande Expedientes ao ex-Governador Bento Munhoz da Rocha.

Dentro de cinco minutos teremos uma Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.



DIÁRIO Nº 139**009ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	38
Presenças	38
Abertura da Sessão	38
Expediente:	
Requerimentos	38
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	39
Votação em Bloco:	
Discussão Única (Proposições) .	39
Destaque para Discussão:	
Discussão Única (Proposições) .	43
Discussão / Votação:	
Discussão Única (Proposições) .	46
1ª Discussão	47
2ª Discussão	48
Encerramento da Sessão	48

009ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 009ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE DEZEMBRO DE 2005**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Padre Paulo Campos e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi,

Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Milton Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ângelo Vanhoni, Chico Noroeste, Luiz Accorsi e Mauro Moraes (04); e em viagem representativa o Sr. Deputado Reni Pereira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, registrando mais uma vez que as nossas Sessões Extraordinárias, depois da aprovação do Regimento Interno, não há mais pagamento de jetons.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 3934**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação das Proposições nºs 083 e 109/2005, itens 09 e 11 da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3935

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão

e votação da Proposição nº 100/2005, item 10 da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3932

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votação em bloco para as Proposições nºs 099 e 110/2005, itens 06 e 07 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) MILTINHO PUPIO

REQUERIMENTO Nº 3936

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 06.12.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 49 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 3932, de autoria do Sr. Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições nºs 009 e 110/2005, itens 06 e 07 da Ordem do Dia, da presente Sessão.

Aprovado.

Votação em Bloco

Inicialmente vamos votar os itens 6 e 7.

Discussão Única (Proposições)

TEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 099/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 337/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, alterando os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580/96. (Redução de ICMS). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 170/2005.

Curitiba, 04 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 230/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 337/2005, tendo em vista que, ensejando renúncia de receita, desobedece a Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo, portanto, inconstitucional por ferir o artigo 163, da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 337/2003, encontra-se publicado no DA nº 051/2003, de 31/05/2003, em Projeto de Lei, pag. 13).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 099/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 337/2005, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo alterar a Lei nº 11.580/1996 - ICMS - redução de alíquota.

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, a sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...) (grifos nossos).

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

TEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 110/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 212/2005, de autoria dos Deputados Hermas Brandão, Miltinho Pupio e Elton Carlos Welter, alterando o artigo 7º, da Lei nº 11.054, de 14

de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 14.582, de 28 de dezembro de 2004. (Lei Florestal). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 199/2005.

Curitiba, 04 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 304/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 212/2005, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo alterar o artigo 7º, da Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre do Parecer nº 265/2005, da Procuradoria Geral do Estado, por mim adotado com razões fundamentais do veto aposto e cujos termos são adiante transcritos:

“1. O Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, solicita pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado a respeito do Projeto de Lei nº 212/2005, de autoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e por ela aprovado.

2. O projeto de lei em questão - de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Miltinho Pupio, segundo informação da Liderança do Governo na Assembléia Legislativa -, a pretexto de alterar o *caput* do artigo 7º da Lei nº 11.054/95 (Lei Florestal do Paraná) e de lhe acrescentar e alterar parágrafos e incisos, invade a competência da União para legislar a respeito de normas gerais sobre florestas (artigo 24, inciso VI e parágrafos 1, 2, e 3 da Constituição Federal), haja vista que dispõe contrariamente ao contido no Código Florestal (Lei nº 4.771/65, com a redação conferida pela Medida Provisória 2.166-67/01) sobre o tema.

3. Com efeito, de acordo com o disposto no artigo 24 da Constituição da República, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (inciso VI). A competência da União nestas matérias limita-se à edição de normas gerais, o que não exclui a competência complementar dos Estados (parágrafos 1º e 2º). Enquanto não forem editadas normas gerais pela União, os Estados exercerão competência legislativa plena para atendimento de suas peculiaridades (parágrafo 3º). No entanto, “a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário” (parágrafo 4º).

4. Levando-se em conta que o Código Florestal é unanimemente considerado pela douta doutrina e pela jurisprudência como norma geral a respeito de florestas,

incidem no caso os parágrafos 3º e 4º do artigo 24 da Constituição da República acima referidos. Isso porque a normatização estadual a respeito da compensação de reserva legal há de se adequar aos critérios postos no artigo 44 do Código Florestal.

5. Segundo o artigo 1º, parágrafo 2º, III do Código Florestal, considera-se reserva legal a “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

6. A vegetação da reserva legal não pode ser suprimida, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos em regulamento, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 16 do Código Florestal, sem prejuízo de outras normas específicas.

7. Apesar de a reserva legal, por sua própria definição, ser constituída por área de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de cada propriedade rural na região Sul (artigo 16, III), o próprio Código Florestal criou, em seu artigo 44, a possibilidade de sua compensação em outra propriedade, nos seguintes termos:

Art. 44. O proprietário de imóvel rural com área de floresta nativa, natural, primitiva ou regenerada ou outra forma de vegetação nativa em extensão inferior os estabelecido nos incisos I, II, III e IV do artigo 16, ressalvado o disposto nos seus parágrafos 5º e 6º, deve adotar as seguintes alternativas, isoladas ou conjuntamente.

I - recompor a reserva legal de sua propriedade mediante o plantio, a cada três anos, de no mínimo 1/10 da área total necessária à sua complementação, com espécies nativas, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental estadual competente.

II - conduzir a regeneração natural da reserva legal; e

III - compensar a reserva legal por outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma microbacia, conforme critérios estabelecidos em regulamento.

§ 1º Na recomposição de que trata o inciso I, o órgão ambiental estadual competente deve apoiar tecnicamente a pequena propriedade ou posse rural familiar.

§ 2º A recomposição de que trata o inciso I pode ser realizado mediante o plantio temporário de espécies exóticas como pioneiras, visando a restauração do ecossistema original, de acordo com critérios técnicos gerais estabelecidos pelo Conama.

§ 3º A regeneração de que trata o inciso II será autorizada, pelo órgão ambiental estadual competente, quando sua viabilidade for comprovada por laudo técnico, podendo ser exigido o isolamento da área.

§ 4º Na impossibilidade de compensação de reserva legal dentro da mesma microbacia hidrográfica, deve o órgão ambiental estadual competente aplicar o

critério de maior proximidade possível entre a propriedade desprovida de reserva legal e a área escolhida para compensação, desde que na mesma bacia hidrográfica e no mesmo Estado, atendido, quando houver, o respectivo Plano de Bacia Hidrográfica, e respeitadas as demais condicionantes estabelecidas no inciso III.

§ 5º A compensação de que trata o inciso II deste artigo, deverá ser submetida à aprovação pelo órgão ambiental estadual competente, e pode ser implementada mediante o arrendamento de área sob regime de servidão florestal ou reserva legal, ou aquisição de cotas de que trata o artigo 44-B.

§ 6º O proprietário rural poderá ser desonerado, pelo período de trinta anos, das obrigações previstas neste artigo, mediante a doação, ao órgão ambiental competente, de área localizada no interior de Parque Nacional ou Estadual, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva Biológica ou Estação Ecológica pendente de regularização fundiária, respeitados os critérios previstos no inciso III deste artigo.” (NR) (grifos nossos)

8. Antes mesmo da publicação da Medida Provisória 2.166-67/01, que promoveu, entre outras, as alterações acima descritas no Código Florestal, o Estado do Paraná já possuía um sistema próprio de manutenção e de recuperação de reserva legal denominado Sisleg (Sistema Estadual de Manutenção e Recuperação de Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente), instituído pelo Decreto nº 387/99.

9. A vigência da Medida Provisória 2.166-67/01 acarretou a suspensão da eficácia deste decreto por força do disposto no parágrafo 4º do artigo 24 da Constituição Federal, razão pela qual foram editados o Decreto 3.320/04 e a Portaria IAP 233/04, matéria que foi objeto do Parecer 140/2004-PGE.

10. Verifica-se, portanto, que o Estado do Paraná já possui regulamentação própria para aplicar o Código Florestal em seu território, sendo desnecessário o esforço legislativo que tem sido realizado neste sentido, salvo se o objetivo for exatamente o descumprimento das normas gerais federais em vigor sobre a matéria.

11. Uma conclusão neste sentido não seria desarrazoada, pois há vários projetos de lei tramitando na Assembléia Legislativa sobre este tema. Em dezembro de 2004 a Procuradoria Geral do Estado, por meio do Parecer 436/04, considerou inconstitucional pelos mesmos motivos ora declinados um projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv a respeito desta matéria. Já o Projeto de Lei nº 725/03, de autoria do Deputado Hermas Brandão, foi aprovado e convertido na Lei nº 14.582/04, em razão da derrubada do veto governamental a ele apostado, motivo pelo qual o Exmo. Sr. Governador do Estado ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal, a ação direta de inconstitucionalidade 3547, em andamento.

12. Aliás, não passou despercebido que as poucas diferenças entre o texto do Projeto de Lei nº 725/03 e o que ora é analisado referem-se à exclusão, no segundo

caso, da absurda e inconstitucional possibilidade de compensar a reserva legal no litoral do Paraná, e a modificação das exigências previstas no artigo 44 do Código Florestal para tal compensação, sempre no sentido de torná-las mais brandas e mais flexíveis.

13. Insere-se na competência estadual a regulamentação, no território paranaense, do artigo 44 do Código Florestal, tarefa da qual o Poder Executivo estadual já se desincumbiu. Diversa é a situação posta no projeto de lei sob análise, que pretende se sobrepor às normas federais em vigor a respeito da matéria.

14. A compensação da reserva legal visa, além da manutenção e conservação dos biomas, uma diminuição da pressão econômica sobre os remanescentes de florestas que não estejam em áreas de preservação permanente ou de reserva legal. Isto porque os proprietários dessas áreas excedentes poderão desfrutar de mais uma fonte de renda a partir da constituição de uma reserva legal por meio de um contrato de arrendamento de longo prazo ou da sua alienação aos proprietários cujas áreas estejam desprovidas de cobertura vegetal na reserva legal. Por óbvio, este objetivo deve coadunar-se com os objetivos da própria reserva legal.

15. A normatização estadual editada no exercício da competência legislativa suplementar a respeito da compensação de reserva legal deve adequar-se, portanto, aos limites e critérios postos no artigo 44 da do Código Florestal (com a redação dada pela MP 2.166-61/01) sob pena de inconstitucionalidade, por invasão de competência legislativa da União.

16. Contudo, o projeto de lei não é inconstitucional apenas por vício de forma. Ele é igualmente contrário à Constituição Federal por importar descumprimento ao direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, expresso em seu artigo 225. Isso porque os requisitos à aceitação, pelo órgão ambiental estadual, de áreas destinadas à compensação de reserva legal (área equivalente em importância ecológica e extensão, que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma microbacia - artigo 44, inciso III do Código Florestal), são cumulativos e não alternativos, conforme consta do projeto, e tampouco ficam ao alvitre do proprietário rural.

17. Ante o exposto, recomenda-se o veto integral ao Projeto de Lei nº 212/05, eis que formal e materialmente contrário à Constituição Federal, por implicar invasão da competência legislativa concorrente da União e por violar o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 212/2005, encontra-se publicado no DA nº 108/2005, de 05/10/2005, em Redação Final, pág. 24).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 110/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 212/2005, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Miltinho Pupio, vetado pelo Governador do Estado, pretende alterar o artigo 7º, da Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 14.582, de 28 de dezembro de 2004 - Lei Florestal.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Estadual Federal, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Diante do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição-veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, faço esta Questão de Ordem porque na semana que passou solicitei a V. Exa. que me desse vistas ao Balanço do Estado de 2002, 2003 e 2004. Tendo em vista que tivemos algumas dificuldades para concluir o trabalho e o parecer, solicito a V. Exa. que coloque essas contas para serem analisadas no início do ano que vem, quando teremos mais tempo para analisá-las com maior rigor.

Era essa a Questão de Ordem, porque V. Exa. tinha se prontificado. Faço essa solicitação para que permita que as contas desses anos sejam analisadas no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Atendo o pedido de V. Exa. Nós iríamos colocar na Ordem do Dia, na pauta dessa semana ainda, que seria amanhã ou no máximo na segunda-feira, as contas que V. Exa. pediu para serem votadas. Mas como é um pedido que V. Exa. não pôde analisar ainda, vamos deixar para uma próxima oportunidade.

(O Deputado Marcos Isfer assume a Presidência)

O SR. CESAR SELEME (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu pediria destaque para os itens 9 e 11 e que votassem em bloco os dois. Já requeri formalmente.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Se V. Exa. já encaminhou requerimento, vou colocar logo após a votação os itens 6 e 7 - colocaremos em votação o requerimento feito por V. Exa.

O SR. CESAR SELEME (PMDB)

Muito obrigado.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Quero solicitar aos nobres colegas Parlamentares para que votem pela derrubada do item 6 do veto ao Projeto de Lei nº 337/2005. Eu explico o porquê. Esse projeto, de nossa autoria, altera os dispositivos da Lei do ICMS sobre máquinas pesadas no Estado. Fiz esse projeto por sugestão da própria equipe financeira. Faz exatamente 22 meses que não entra um centavo para os cofres do Estado, referente à venda de máquinas pesadas. Por ser a nossa alíquota maior do que em outros estados, as empresas, os fabricantes, estão faturando diretamente aos compradores, não passando pelas revendas do Paraná. Estamos perdendo receita. Por isso, apresentamos esse projeto - não sei o motivo pelo qual o Governador o vetou e não consultou a equipe da Secretaria das Finanças.

Então, faço um apelo, para o bem do Estado, para que possamos aumentar a sua arrecadação, derrubando o veto do item 6.

O item 7 é um projeto de autoria dos Deputados Miltinho Pupio, Elton Welter e Hermas Brandão, que altera o artigo 7º, da Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 14.582, de 28 de dezembro de 2004. Acontece que a Lei nº 14.582 foi vetada pelo Sr. Governador e nós derrubamos o veto. O Governador entrou com uma Adin junto ao Supremo Tribunal. Não foi dada a liminar e não foi julgada, então, a lei é válida. Mas como autores daquele projeto encontramos uma normalidade na lei e fizemos a correção. Tiramos os municípios do litoral, que faziam parte daquela Lei nº 14.582 e normalizando, com certeza, o pedido da Adin do Sr. Governador e do Sr. Procurador Sérgio Botto, será arquivado no Supremo.

Por isso peço a compreensão dos Srs. Parlamentares, porque é importante para o desenvolvimento do nosso Estado, para a geração e manutenção dos empregos, mantendo a pequena propriedade.

Solicito a compreensão da Liderança do Governo e o apoio de todos os Parlamentares, para derrubarmos os dois vetos.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Nós, da Bancada do Governo a liberamos para o voto aos itens 06 e 07.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à chamada nominal para votação dos Srs. Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Quarenta e cinco Srs. Deputados votaram.

Solicito aos Deputados Plauto Miró, Durval Amaral e Ademar Traiano a procederem a apuração dos votos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Registrar, Sr. Presidente, para orgulho desta Casa, a presença do Sr. Ernesto Stédile, uma das grandes lideranças do PDT do Sudoeste do Estado do Paraná, que está nos visitando na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

É com muita honra que esta Assembléia recebe a visita do Dr. Ernesto Stédile, sem sombra de dúvida, não só do PDT uma grande figura, mas do mundo político paranaense.

Esta Presidência quer registrar também a presença do Prefeito de Cafelândia, Dr. Franos e sua esposa, a pedido de nosso Deputado e 1º Secretário Nereu Moura.

Anunciamos o resultado da votação: votos NÃO - 35. Votos SIM - 10.

Estão derrubados os vetos.

Em votação o Requerimento nº 3934, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação das Proposições nºs 083 e 109/2005, itens 09 e 11 da presente Sessão. **Aprovado.**

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu queria inclusive a atenção do meu Líder do PMDB e gostaria que esse projeto tivesse o mesmo tratamento que os anteriores. Ele não é meu, é do Deputado Cesar Seleme, mas é extraordinariamente importante. E eu fico perplexa porque não sei quem é que orientou o Governador para vetá-lo.

Não costumo fazer encaminhamento para derrubada de veto nem dos meus projetos. Vetou, está vetado, mas esse aqui, do Deputado Seleme, acho um absurdo. Vejam, é um projeto que assegura à servidora pública que é mãe e que tem um filho portador de deficiência grave, alguns deles, paralisia cerebral, por exemplo, que tenham a flexibilização na carga horária. Isso é o que há de mais moderno, é responsabilidade social e trata-se de uma questão de direitos humanos.

Tenho cá comigo que o Governador foi mal orientado, porque não fere o interesse público.

Então, queria dizer ao Deputado que fiz uma emenda no seu projeto, somo-me ao senhor, para derrubarmos o veto porque acho que o Governador, se tivesse tido a oportunidade de conhecer profundamente esse texto, o teria sancionado.

Peço ao Líder do PMDB e ao Bradock, que hoje faz a Liderança do Governo, que também deixasse a Bancada à vontade para derrubarmos esse veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Gostaria de destacar que estamos em votação ainda do requerimento. Aqueles que forem favoráveis ao destaque para os projetos 09 e 11, conforme o requerimento do Deputado Cesar Seleme, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Estão em discussão e votação os itens 09 e 11.

Destaque para Discussão***Discussão Única (Proposições)*****ITEM 09**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 083/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 150/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, concedendo dispensa de parte da jornada à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoas portadoras de deficiência. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 146/2005

Curitiba, 23 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 195/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 150/2005, por julgá-lo inconstitucional porque, sendo matéria pertinente ao regime jurídico do funcionalismo, cuja proposição não partiu do Poder Executivo, afronta o artigo 66, inciso II, da Carta Estadual e, também, porque o almejado benefício já vem sendo concedido, nas dimensões possíveis, pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, que tem competência legal para tal e não pela ParanaPrevidência, como consta equivocadamente do texto ora vetado.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 150/2005 encontra-se publicado no DA nº 072/2005, de 29/06/2005, em redação Final, pág. 05).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 083/2005****P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 150/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, vetado pelo Governador do Estado, objetiva conceder dispensa de parte da jornada à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência.

Ao analisar o veto, verificamos que o mesmo foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, opinamos pelo encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário, para que seja submetida à deliberação da Assembléia.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 109/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 468/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, dispondo sobre a prorrogação da cessão de imóvel situado nesta Capital, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIP. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 178/2005

Curitiba, 19 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 238/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o disposto no artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 468/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de sua indiscutível extemporaneidade, porque tal cessão de imóvel tem vigência, ainda, por mais de três anos, não se justificando, portanto, prorrogá-la até o longínquo ano de 2018.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 468/2005 encontra-se publicado no DA nº 079/2005, de 08/08/2005, em Projetos de Lei, pág. 24).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 109/2005

P A R E C E R :

Do Veto

O Chefe do Poder Executivo no uso de suas atribuições constitucionais como dispostas no artigo 87, VII e artigo 71, parágrafo 1º, vetou o Projeto de Lei nº 468/2005 de autoria do Deputado Cesar Seleme que visava prorrogar por dez anos a cessão de imóvel autorizada pela Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998.

Assim se justifica o Chefe do Poder Executivo em suas razões do veto:

Por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de sua indiscutível extemporaneidade, porque tal cessão de imóvel tem vigência, ainda, por mais de três

anos, não se justificando, portanto, prorrogá-lo até o longínquo ano de 2018.

Da Análise Legal

O Projeto de Lei nº 468/2005 foi encaminhado para sanção do Sr. Governador, no dia 31 de agosto de 2005 através do Ofício nº 238/2005-DAP/AS, como anexo aos autos (Protocolo 5988/2005) sendo recebido, porém, segundo se percebe - com dificuldade por ausência de melhor documentação no Autos - no dia 28 de setembro de 2005 (recebido por "Jonas"), para os efeitos do disposto constitucional.

Ora, a Constituição Estadual por seu artigo 71 estabelece:

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e, comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.

§ 2º....

§ 3º Decorridos o prazo de quinze dias, o silêncio do Governador importará em sanção.

§ 4º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em escrutínio secreto.

Ora, pelo contido nos autos Sr. Governador vetou o Projeto de Lei nº 468/2005 somente em 19 (dezenove) de outubro de 2005 e devolveu para conhecimento do Sr. Presidente da Assembléia Legislativa somente em vinte e quatro de outubro de 2005 (Protocolo 8284/2005).

Aqui temos:

a) em 09 (nove) de agosto de 2005 o Autor protocolou (protocolo 5988) o Projeto de Lei que recebeu o número nº 468/2005;

b) em vinte e três de agosto recebeu Parecer Favorável das Comissões;

c) em vinte e nove de agosto de 2005 foi aprovado pelo Plenário da ALE;

d) em 31 de agosto de 2005 pelo Ofício 238/2005-DAP/AS foi encaminhado ao Sr. Governador;

e) somente em 28 de setembro de 2005 foi enviado à sanção;

f) cumpriu-se o disposto no parágrafo 1º do artigo 71 da Constituição Estadual, dentro de quinze dias úteis contados da data de seu recebimento, já que o veto foi apostado no décimo quarto dia útil, segundo os carimbos e datas existentes nos autos.

Note-se a dificuldade em se aferir as datas para os efeitos de prazos constitucionais, o que se requer haja melhor e maior eficiência na matéria, adotando-se para o caso as informações contidas nos autos.

Conclusão

A presente Proposição nº 109/2005 que versa sobre o veto apostado pelo Sr. Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 468/2005 poderá ser submetida à apre-

ciação do Plenário da Assembléia para o contido no parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição Estadual.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR

Presidente em exercício e Relator

Com a palavra o Deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em homenagem ao nosso querido companheiro Cesar Seleme, e à nossa querida Deputada Elza Correia, a minha Bancada e eu encaminhamos favorável para que votemos para a derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Em votação.

Solicitação ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede a Chamada Nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Quarenta e dois Srs. Deputados votaram. Quero convidar os Deputados Miltinho Pupio, Elza Correia e Duílio Genari para apuração.

Trinta e sete votaram NÃO e cinco votaram SIM.

Derrubado o Veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Requerimento nº 3935 de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, que requer destaque para discussão e votação da Proposição nº 100/2005 item 10 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permanecem como estão.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero pedir o voto NÃO de todos os colegas por uma questão muito simples. Falei com alguns Deputados da Base do Governo. O meu projeto diz o seguinte no seu parágrafo único:

Parágrafo Único. O prêmio a que se refere o caput deste artigo consistirá na concessão de diploma de qualificação ou menção honrosa. Isto é, não onera em um centavo o Governo do Estado. É um prêmio estadual de direitos humanos. É apenas dado um diploma à pessoa física ou jurídica que se destacar no Estado do Paraná, na defesa dos direitos humanos e o Governador infelizmente vetou. Eu não sei por que motivo.

Peço a todos os colegas que votem NÃO pela derubada do veto.

Obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Para Encaminhar)

Igualmente. É um projeto que não onera o Governo. Não tem um centavo de dificuldade financeira e que vai promover as pessoas que se destacarem através do seu trabalho em direitos humanos. Eu não consigo entender um veto dessa natureza. Não dá para entender. Sinceramente, temos que derrubar esse veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Vamos passar à votação.

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 100/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, instituindo o Prêmio Estadual de Direitos Humanos no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 173/2005.

Curitiba, 05 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 245/2005, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 250/2004, porque a medida, tal como está posta, dependendo de contribuições financeiras da iniciativa privada, dificilmente teria condições para boa e tranqüila exequibilidade, sendo portanto considerado contrário ao interesse público.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a v. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 250/2004 encontra-se publicado no DA nº 090/2005, de 31.08.2005, em Redação Final, pág. 25).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 100/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, vetado pelo Governador do Estado, institui o Prêmio Estadual de Direitos Humanos no Estado do Paraná.

Nossa Constituição Estadual assim dispõe:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso).

A Comissão de Constituição e Justiça, em sede de parecer, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação)

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Trinta e sete Srs. Deputados votaram.

Solicito aos Deputados Elton Welter, Elio Rusch e Cesar Seleme para nos auxiliarem na contagem dos votos.

Dez SIM.

Vinte e seis NÃO.

UM branco.

Mantido o veto.

Requerimento nº 3936, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação do restante da matéria conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Discussão Única (Proposições)

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 062/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 022/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, dispondo sobre a criação das Pousadas de Maria e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 105/2005.

Curitiba, 05 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 136/2005, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando, da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 022/2005, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a implantar, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, casas de abrigo diário, destinadas a acolher mulheres vitimadas pela violência doméstica, denominadas Pousadas de Maria.

O presente projeto de lei foi vetado por inconstitucionalidade, porque não sendo derivado de processo legislativo de iniciativa do Governador do Estado, fere o artigo 66, inciso IV, combinado com o artigo 87, inciso IV, da Constituição Estadual. Convém, ainda, ressaltar que, inobstantemente o impeditivo constitucional citado, a medida seria inexequível, pois o âmbito de ação da Secretaria de Estado da Segurança Pública não poderia acolher tais atribuições (Lei nº 8.485, de 03.06.87 - artigo 34).

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 022/2005 encontra-se publicado no DA nº 002/2005, de 21.02.2005, em Projeto de Lei, pág. 08).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 62/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 22/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, dispõe sobre a criação das Pousadas de Maria e dá outras providências, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Sr. 1º Secretário, por favor, proceda à chamada nominal.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de solicitar que fosse retirado da pauta esse projeto uma vez que o Deputado Rafael Greca que é o autor não se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Já está em processo de votação, independente da ausência do Deputado. Por ser veto, somos obrigados a votá-lo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Trinta e três Srs. Deputados votaram.

Peço aos Deputados José Maria Ferreira, Luiz Nishimori e Delegado Bradock, para efetuarem a apuração.

Trinta Srs. Deputados responderam com a expressão SIM e três Srs. Deputados responderam com a expressão NÃO.

Está mantido o veto, rejeitado o projeto.

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a divulgar os devedores que tenham débito tributário inscrito em dívida ativa e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2005, de 02/08/2005, em Projeto de Lei, pág. 12).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 443/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 443/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a divulgar os devedores que tenham débito tributário inscrito em Dívida Ativa e dá outras providências.

Fundamentação

O projeto padece de vício, vez que procura autorizar o Estado a praticar conduta que não se encontra vedada pelo ordenamento jurídico.

A divulgação da lista de devedores no Diário Oficial do Estado geraria custos não previstos no Orçamento, ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todavia, os vícios apontados podem ser sanados com facilidade, passando o projeto a atender aos requisitos necessários para tramitar por esta Casa de Leis, o que foi feito através do Substitutivo Geral, em anexo.

O Substitutivo Geral apresentado tornou o projeto imperativo, gerando a obrigação para o Estado de divulgar sua lista de devedores, dando maior publicidade e transparência às contas públicas, atendendo desta forma os preceitos constitucionais previstos no artigo 37, da Constituição Federal.

O Código Tributário Nacional em seu artigo 198, parágrafo 3º permite que sejam divulgadas informações sobre os débitos inscritos em dívida ativa, não havendo, desta forma, qualquer impedimento para a divulgação da lista. A divulgação da lista de devedores através do site oficial do Estado na internet não gera custos para o Estado, pelo que deixaria de haver empecilho para sua aprovação face à execução orçamentária.

Por outro lado, faltava ao projeto critérios para a elaboração e divulgação da lista de devedores, fato sanado pelo entendimento firmado entre este relator e o autor do projeto e que foram incluídos no substitutivo geral.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 443/2005

O Projeto de Lei nº 443/2005 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º O Poder Executivo divulgará através do seu site oficial da internet, a lista de devedores que tenham débito tributário inscrito em Dívida Ativa, inclusive com menção dos valores devidos, exceto se estiverem parcelados.

§ 1º A lista de devedores será elaborada semestralmente, sendo que os devedores constantes do cadastro até o dia 30 de junho de cada ano, figurarão na lista que será divulgada até o dia 30 de julho, e os devedores constantes do cadastro até o dia 30 de dezembro, figurarão na lista que será divulgada até o dia 30 de janeiro do ano subsequente.

§ 2º Os créditos tributários com exigibilidade suspensa nos termos do Código Tributário Nacional serão excluídos da lista de devedores.

§ 3º As informações divulgadas nos termos deste artigo poderão ser utilizadas ou consideradas, no exercício de suas atividades por entidades de proteção ao crédito ou por centrais de risco de crédito, entidades de registros públicos, cartórios e tabelionatos, entidades do sistema financeiro, bem como por qualquer outra entidade pública ou privada.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, poderá, se necessário, ser celebrado convênio entre a Secretaria de Estado da Fazenda e as respectivas entidades.

§ 5º Os órgãos da administração pública estadual direta e indireta ficam proibidos de transacionar, a qualquer título, com os devedores cujos créditos tributários tenham sido objeto de divulgação na forma deste artigo.

§ 6º A proibição de transacionar com os devedores compreende o pagamento de quaisquer créditos, a admissão em concorrência ou coleta de preços, a celebração de contratos de qualquer natureza, a concessão de empréstimos e quaisquer outros atos que importe tem em transação com o Estado.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 443/2005

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a divulgar os devedores que tenham débito inscrito em Dívida Ativa e dá outras providências.

Fundamentação

A matéria já recebeu parecer favorável, quanto à constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Chamada a opinar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também parecer favorável ao projeto de lei que procura estimular a quitação imediata ou o escalonamento de débitos com o Erário Público Estadual, de forma voluntária, evitando a discussão na esfera judicial e diminuindo o índice de evasão fiscal no Estado.

Sala das Comissões, em 30.11.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 720/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná - Ateapar, com sede e foro em Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rio Verde, com sede e foro jurídico na Comarca de Laranjeiras do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declarando de Utilidade Pública a Instituição Seicho No Ie do Brasil, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 613/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Braspol Representação Central da Comunidade Brasileiro/Polonesa no Brasil, com sede e foro no município de Balsa Nova. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

